



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ  
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE  
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE**

**PROCESSOS HISTÓRICOS EM ASSENTAMENTOS RURAIS EM  
TERESINA À LUZ DA TEORIA DA ATIVIDADE HISTÓRICO-  
CULTURAL**

**JERLANE SOUSA OLIVEIRA**

Teresina – PI  
2024

JERLANE SOUSA OLIVEIRA

**PROCESSOS HISTÓRICOS EM ASSENTAMENTOS RURAIS EM  
TERESINA À LUZ DA TEORIA DA ATIVIDADE HISTÓRICO-  
CULTURAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Piauí, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Orientadores: Prof. Dr. João Batista Lopes  
Coorientadora: Profa. Dra. Manoela Gomes Reis  
Lopes.

Teresina – PI  
2024

JERLANE SOUSA OLIVEIRA

**PROCESSOS HISTÓRICOS EM ASSENTAMENTOS RURAIS EM  
TERESINA À LUZ DA TEORIA DA ATIVIDADE HISTÓRICO-  
CULTURAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Piauí, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Orientadores: Prof. Dr. João Batista Lopes  
Coorientadora: Profa. Dra. Manoela Gomes Reis Lopes.

Dissertação Defesa em: 02 / 04 / 2024.

**BANCA EXAMINADORA**

Documento assinado digitalmente



**JOAO BATISTA LOPES**  
Data: 27/05/2024 16:47:23-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof. Dr. João Batista Lopes (Presidente)

Documento assinado digitalmente



**JAIRA MARIA ALCOBACA GOMES**  
Data: 27/05/2024 08:31:09-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Profa. Dra. Jaíra Maria Alcobaca Gomes (UFPI)

Documento assinado digitalmente



**IRACIMARA DE ANCHIETA MESSIAS**  
Data: 27/05/2024 12:40:43-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Profa. Dra. Iracimara de Anchieta Messias (UNESP)

FICHA CATALOGRÁFICA  
Universidade Federal do Piauí  
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco  
Divisão de Representação da Informação

O48p Oliveira, Jerlane Sousa.  
Processos históricos em assentamentos rurais em Teresina à luz da Teoria da Atividade Histórico-Cultural / Jerlane Sousa Oliveira. -- 2024.  
81 f.  
  
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Teresina, 2024.  
“Orientador: Prof. Dr. João Batista Lopes”.  
“Coorientadora: Profa. Dra. Manoela Gomes Reis Lopes”.  
  
1. Agricultura familiar. 2. Meio ambiente. 3. Sistemas de atividade. 4. Reforma agrária. I. Lopes, João Batista. II. Lopes, Manoela Gomes Reis. III. Título.

CDD 333.76

À minha eterna orientadora e amiga, Maria Simone Euclides.

**DEDICO**

## **AGRADECIMENTO**

Inicialmente a Deus, pelas conquistas obtidas na minha caminhada.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí Professor Afonso Sena Gonçalves (FAPEPI) pelo apoio com a bolsa de mestrado, que foi muito importante na realização desta dissertação.

Ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da rede PRODEMA/UFPI, pela oportunidade de realizar o presente curso.

Aos meus professores orientadores Prof. João Batista Lopes e Profa. Manoela Gomes Reis Lopes, pelos ensinamentos.

Aos assentados dos Assentamentos 17 de Abril e 08 de Março, pelo apoio e disponibilidade durante as diversas etapas da pesquisa.

*“A educação muda as pessoas e as pessoas mudarão o mundo”*

*(Evandro Guedes)*

## RESUMO

A alta concentração fundiária tem intensificado o debate agrário nacional ao longo dos anos, envolvendo amplos setores da sociedade brasileira, em que se resalta a preocupação de mudança da estrutura fundiária, com a perspectiva de minimizar os problemas sociais decorrentes deste processo instalado, além de ampliar a capacidade produtiva do país, melhorando o abastecimento interno. Assim, o presente estudo foi desenvolvido com o objetivo de analisar o contexto histórico do acesso e uso da terra, bem como as relações com a produção agrícola em assentamentos do Programa de Reforma Agrária, na zona rural de Teresina, Piauí. A pesquisa foi desenvolvida nos assentamentos 17 de Abril e 08 de Março, envolvendo o recorte temporal de 2004 a 2023 para o primeiro assentamento, enquanto para o segundo, o período de 2016-2023. Nos dois assentamentos foram buscadas informações relacionadas à infraestrutura, contextos históricos, bem como, o percurso dos processos envolvendo a ocupação, posse da terra, definição das atividades agrícolas e dinâmicas adotadas. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os assentados dos dois assentamentos, as quais foram gravadas em áudios. Após esta etapa, o material obtido foi transcrito e analisado em conformidade com os princípios da Teoria da Atividade Histórico-Cultural (TAHC), sendo elaborada a construção dos sistemas de atividades inicial e atual, um referente à origem e o outro atual (2023) de cada assentamento, que possibilitou compreender diversos aspectos do desenvolvimento dos assentamentos. Também, foi construída a linha do tempo de cada assentamento, ressaltando-se os eventos históricos críticos das lutas pela posse da terra e acontecimentos relevantes. No contexto do presente estudo, os resultados sugerem que os aspectos históricos individuais e coletivos desde o início da ocupação, até os dias atuais, em 2023, são relevantes nas relações sociais, organização, planejamento e no processo do uso da terra após a conquista dos assentados da zona rural de Teresina-Piauí, e efetivação da produção e comercialização de produtos agrícolas. Porém, ao analisar os objetos iniciais e atuais do sistema de atividade de cada assentamento, acredita-se que após a posse da terra, a possibilidade da produção agrícola se tornar atividade prioritária no uso da terra foi prejudicada por diversos fatores, tanto de ordem econômica, estrutural, como pelos conflitos decorrentes da diversificação cultural dos grupos de assentados, em que grande parte era proveniente de áreas urbanas entre os municípios de Demerval Lobão e Teresina, sem vivência no meio rural. Também, na compreensão dos assentados sobre a importância das relações coletivas e das atitudes determinantes na luta pelas conquistas alcançadas ao longo dos anos foram se diluindo, dificultando avanços nas áreas sociais, no uso da terra e na melhoria da infraestrutura básica dos dois assentamentos. Neste sentido, foi observado no desenvolvimento dos sistemas de atividades de ambos assentamentos, que muitos elementos do SA permanecem iguais ao SA inicial ou ainda não se desenvolveram de forma que dessem conta das novas necessidades. Todo este cenário contribui para o surgimento de contradições históricas vivenciadas nos sistemas de atividades dos respectivos assentamentos, tendo como um dos principais resultados inesperados, a dificuldade de produção agrícola.

**Palavras-chave:** Agricultura familiar, meio ambiente, sistemas de atividade, reforma agrária.

## ABSTRACT

The high concentration of land has intensified the national agrarian debate over the years, involving broad sectors of Brazilian society, in which the concern to change the land structure is highlighted, with a view to minimizing the social problems resulting from this process, as well as expanding the country's productive capacity, improving domestic supply. This study was therefore carried out with the aim of analyzing the historical context of access to and use of land, as well as relations with agricultural production in settlements under the Agrarian Reform Program, in the rural area of Teresina, Piauí. The research was carried out in the 17 de Abril and 08 de Março settlements, covering the period from 2004 to 2023 for the first settlement, and 2016-2023 for the second. In both settlements, information was sought on infrastructure, historical contexts, as well as the course of the processes involving occupation, land ownership, the definition of agricultural activities and the dynamics adopted. Semi-structured interviews were conducted with the settlers of the two settlements, which were audio-recorded. After this stage, the material obtained was transcribed and analyzed in accordance with the principles of Cultural-Historical Activity Theory (HCAT), and the initial and current activity systems were constructed, one referring to the origin and the other to the present (2023) of each settlement, which made it possible to understand various aspects of the development of the settlements. A timeline was also built for each settlement, highlighting critical historical events in the struggle for land ownership and relevant events. In the context of this study, the results suggest that the individual and collective historical aspects from the beginning of the occupation to the present day, in 2023, are relevant to social relations, organization, planning and the process of land use following the conquest of the settlers in the rural area of Teresina-Piauí, and the effective production and marketing of agricultural products. However, when analyzing the initial and current objects of each settlement's activity system, it is believed that after taking possession of the land, the possibility of agricultural production becoming a priority activity in the use of the land was hindered by various factors, both economic and structural, as well as conflicts arising from the cultural diversification of the groups of settlers, most of whom came from urban areas between the municipalities of Demerval Lobão and Teresina, without having lived in rural areas. In addition, the settlers' understanding of the importance of collective relations and of the attitudes that determine the struggle for the conquests achieved over the years have been diluted, hindering progress in social areas, in land use and in improving the basic infrastructure of the two settlements. In this sense, it was observed in the development of the activity systems of both settlements that many elements of the AS remain the same as the initial AS or have not yet developed in a way that meets the new needs. This whole scenario contributes to the emergence of historical contradictions experienced in the activity systems of the respective settlements, with one of the main unexpected results being the difficulty of agricultural production.

**Keywords:** Family farming, environment, activity systems, agrarian reform.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BR- Brasil Rodovias

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FAO - *Food and Agriculture Organization*

FHC- Fernando Henrique Cardoso

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INTERPI - Instituto de Terras do Piauí

IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LBV - Legião da Boa Vontade

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra

ODS - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

PA - Projeto de Assentamento

PDA - Plano de Desenvolvimento do Assentamento

PE - Projeto do Estado

SA - Sistema de Atividades

SDR - Secretaria de Desenvolvimento Rural

SENAR - Serviços Nacional de Aprendizagem Rural

TAHC - Teoria da Atividade Histórico Cultural

UBS - Unidade Básica de Saúde

UFPI - Universidade Federal do Piauí

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01: Modelo do Sistema de Atividade .....	27
Figura 02: Localização da área do Assentamento 17 de Abril em imagem do território “Entre Rios”.....	30
Figura 03: Localização da área do Assentamento 08 de Março .....	31
Figura 04: Eventos históricos críticos do Assentamento 17 de Abril .....	35
Figura 05: Sistema de Atividade inicial (2004) do Assentamento 17 de Abril .....	36
Figura 06: Sistema de Atividade atual (2023) do Assentamento 17 de Abril .....	47
Figura 07: Eventos históricos críticos do Assentamento 08 de Março .....	55
Figura 08: Sistema de Atividade inicial (2016) do Assentamento 08 de Março .....	56
Figura 09: Sistema de Atividade atual (2023) do Assentamento 08 de Março .....	60

## SUMARIO

1. INTRODUÇÃO .....	11
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....	14
2.1. O Desenvolvimento do capitalismo e sua presença em áreas rurais brasileiras .....	14
2.2. Aspectos históricos gerais da organização dos assentamentos rurais brasileiros .....	15
2.3. Produção agropecuária nos assentamentos rurais brasileiros.....	19
2.4. Agroecologia e suas relações com a agricultura familiar.....	23
2.5. Considerações gerais sobre a Teoria da Atividade Histórico Cultural .....	26
3. METODOLOGIA .....	29
3.1 Locais da Pesquisa.....	29
3.2 Métodos e técnicas da pesquisa.....	31
3.3 Aspectos Éticos .....	34
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO .....	35
4.1 Assentamento 17 de Abril.....	35
4.2 O Assentamento 08 de Março e sua relação com o Assentamento 17 de Abril.....	54
5. Conclusão .....	67
REFERÊNCIAS.....	69
Apêndice A - Roteiro das entrevistas semiestruturadas.....	75
Apêndice B - Termo de consentimento livre e esclarecido .....	76
Anexo A – Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa.....	79

## 1 INTRODUÇÃO

O Brasil tem se caracterizado pela alta concentração fundiária, com reflexos históricos nas desigualdades sociais (Vilas Boas, 2018). Assim, o debate agrário nacional tem se reproduzido ao longo dos anos, com destaque para a necessidade de mudança da estrutura fundiária, com foco na busca de solucionar ou mesmo de minimizar os problemas sociais decorrentes deste processo instalado, bem como de ampliar a capacidade produtiva do país e estimular a produção agropecuária, melhorando o abastecimento interno.

Com essa perspectiva Mello (2016, p. 16) ressalta que “a luta pela terra se desenrolou em diversos lugares, sendo emblemático o caso das Ligas Camponesas, no Nordeste; dos posseiros, na Amazônia; e dos atingidos por barragens, no Sul”. Assim, a sociedade civil organizada, centrada nos movimentos sociais no campo, tem estabelecido amplos debates e pressionado o Estado para definir políticas públicas, que resultem no cumprimento da Constituição Federal Brasileira de 1988, relativa à função social da terra, pela desapropriação de fazendas e áreas rurais improdutivas, possibilitando a posse da terra a trabalhadores rurais.

Embora a luta pela institucionalização dos assentamentos esteja centrada em propósitos bastante similares, cada assentamento é detentor de uma história, marcada por fatos, vivências, organização e formas de lutas diferenciadas na busca da ocupação da terra para o desenvolvimento de suas atividades rurais, que garantam de modo justo o sustento das famílias. A esse respeito, Andrade e Viana (2016, p.83), comentando sobre a situação no estado do Piauí, destacaram que “a realidade do campo piauiense traz, portanto, a marca de relações de resistência e disputas em torno da terra para a garantia da reprodução social dos segmentos subalternizados em função da existência de uma estrutura fundiária do Piauí”.

Assim, na concretização da conquista da terra com a mudança de sem-terra para assentado, desponta uma sequência de dilemas e questionamentos, especialmente os relacionados com a abordagem socioeconômica e com o trabalho na terra e a produção de alimentos, com a perspectiva de desenvolver um sistema agrícola sustentável, centrado nos princípios da agroecologia.

Para Mitidiero Jr. (2011, p. 6), “a transformação de sem-terra em assentado e de assentado em pequeno produtor rural é repleta de percalços e desafios, por isso de luta contínua, agora na terra”. O autor comenta ainda, que no decorrer desse processo,

despontaram dois momentos bastante interligados: “a luta pela terra seguida pela luta na terra”, com a perspectiva de que os projetos de materialização dos assentamentos sejam bem-sucedidos, e possibilitem a dignidade dos assentados.

Nesse cenário de luta e de ocupação da terra após a posse, desponta a agricultura familiar, base do sistema de produção de alguns dos assentamentos rurais, centrada em grande parte na produção agroecológica se apresentando como alternativa modeladora de desenvolvimento sustentável. De acordo com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF, 2005), se torna necessário modificação do modelo tradicional de produção para o agroecológico, pautado no uso racional com foco na maior proteção à natureza e no uso dos recursos de forma consciente, visando maior preservação dos recursos naturais.

Com esta perspectiva, destacam-se aspectos relevantes “[...] que fortalecem e dinamizam os mercados locais, facilitam o domínio dos produtores sobre as cadeias produtivas e favorecem a criação de redes de solidariedade nos processos de produção”, para aqueles que desejam produzir (CONDRAF, 2005, p.13). Ainda de acordo com o CONDRAF (2005), os assentamentos rurais, do ponto de vista global, têm se constituído importante fonte no abastecimento do mercado interno de produtos agropecuários, tanto de origem animal como vegetal, os quais são oriundos de sistemas de produção sem utilizar produtos químicos, pautados na sustentabilidade, contemplando aspectos sociais, econômicos e ambientais, em que a produção visa garantir o básico para a sobrevivência dos assentados.

Trata-se de um sistema em que a grande maioria dos assentados é formada por agricultores e agricultoras, que produzem e colaboram com tais atividades agrícolas, com seus próprios estilos de vida, que ao longo de suas caminhadas, acumularam experiências e conhecimentos de técnicas adequadas para cultivar e fazer uso da terra e dela obter o sustento de suas famílias, embora o acesso à posse da terra ainda seja conflituoso.

É relevante destacar que os assentados são participantes ativos nos processos de pesquisas, sendo detentores de saberes históricos, com suas particularidades, desenvolvidos a partir de suas vivências, fundamentadas nas técnicas adotadas, bem como dos saberes agrícolas acumulados no cotidiano dos assentamentos rurais

No caso específico no Estado do Piauí, bem como em outros locais, percebe-se que existe a preocupação dos que querem produzir, com a organização da dinâmica produtiva, no processo de escoamento de produção e na sustentabilidade das atividades agrícolas. Neste cenário, é relevante destacar que cada assentamento possui seus aspectos

históricos e seus sistemas produtivos, tipos de produtos explorados, renda, gestão ambiental, devendo-se respeitar as peculiaridades da realidade local.

Assim, se tornam imprescindíveis estudos focados no resgate das lutas históricas desenvolvidas pela posse e uso da terra de cada assentado e de cada assentamento, cujas demandas sociais têm sido ignoradas e agravadas no decorrer dos anos, não sendo diferente no Estado do Piauí. Acredita-se que estes aspectos têm reflexos no cotidiano dos assentados, envolvendo o tipo de produção, moradia, geração de renda, qualidade de vida, dentre outros, que simbolizam no mínimo, a garantia da sobrevivência de tais grupos sociais.

Neste contexto, neste trabalho realizado nos assentamentos, denominado 17 de Abril e 08 de Março, foi adotada como metodologia a utilização e aplicação da Teoria da Atividade Histórico Cultural-TAHC. Ressalte-se que essa teoria, tem como fim analisar diversos aspectos, que contribuem para uma melhor análise histórica da trajetória desses locais, mostrando o presente, com perspectivas do futuro desses assentamentos, e dessa forma, se caracteriza como estudo pioneiro.

A presente pesquisa encontra-se centrada no seguinte questionamento: como o contexto histórico das lutas dos assentados reflete na organização social e no uso da terra de assentamentos da zona rural de Teresina, Piauí, após a conquista da terra?

Assim, o estudo encontra-se ancorado na seguinte hipótese: os contextos históricos individuais e coletivos, desde a ocupação, são aspectos que refletem nas relações sociais, organização, no sistema de produção agrícola, bem como no estilo de vida e no cotidiano, após a posse da terra.

Diante dos questionamentos apresentados, o estudo foi desenvolvido com o objetivo de analisar o contexto histórico do acesso e uso da terra, bem como as relações com a produção agrícola em assentamentos do Programa de Reforma Agrária, na zona rural de Teresina, Piauí. Especificamente, buscou-se: avaliar como o contexto histórico de acesso à posse da terra e seu uso se faz presente no cotidiano dos assentamentos do Programa de Reforma Agrária, na zona rural de Teresina, Piauí; compreender como os assentados se organizam acerca da produção agrícola, pontuando sistemas agrícolas, dificuldades, ferramentas utilizadas, por parte dos assentados do Programa de Reforma Agrária, na zona rural de Teresina, Piauí; analisar o contexto do passado e do presente, com relação à infraestrutura existente e como os assentados compreendem a importância da organização coletiva que culminou com o surgimento dos assentamentos na zona rural de Teresina, Piauí.

A dissertação escrita no formato monográfico está estruturada da seguinte maneira: introdução, referencial teórico, metodologia, resultados e discussão, conclusão e referência bibliográficas.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 O Desenvolvimento do capitalismo e sua presença em áreas rurais brasileiras**

Existe “profunda diferença no sistema e no modo de exploração agrária entre os camponeses pobres e ricos” (Lenin, 1982, p. 67), se constituindo uma das características que marca a realidade do desenvolvimento do capitalismo na Rússia, podendo-se fazer analogia com as demais sociedades. Com a mesma visão, percebe-se que ao longo da história do capitalismo russo e em decorrência de carências econômicas, o camponês pobre vende a sua força de trabalho ao camponês rico, que com mais estrutura e recursos financeiros adquire a força de trabalho por um salário não valorizado (Lenin, 1982).

Neste sentido, Apiaim e Silva (2012) ressaltam que essa relação, também, é percebida nos assentamentos, em que os assentados vendem a sua força de trabalho, prestando serviços em locais como: chácaras, sítios e fazendas dos arredores, bem como realizam atividades de vigilante, merendeira da escola, zelador, dentre outras atividades.

É relevante destacar que a literatura internacional traz dentre as definições, a que incorpora a categoria rural ou ruralidade como advinda de três aspectos, de áreas não densamente povoadas, pela relação existente com a natureza e da dependência com sistema urbano, de forma parcial ou não, em que fica ressaltada a ideia de que o rural não seja caracterizado como uma categoria de natureza setorial, porém, seja considerado como territorial (Balsadi, 2000). Para Abramovay (1999), de forma independente para que haja perspectiva de desenvolvimento, deve-se considerar os aspectos econômicos, sociais e ambientais.

Com essa visão, Veiga (2002) critica os critérios de classificação de população rural e urbana adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pautada na contagem do número de habitantes residentes nos perímetros urbano e rural de cada município brasileiro, considerando que além desses critérios existem outros componentes que são de grande relevância para tal classificação.

Ressalte-se que tanto a sociedade urbana como a rural vivenciam o mundo capitalista, dependendo de alguma forma do capital, representado pela renda familiar, construída por meio do trabalho executado (Martins, 1980). O autor pontua que o

processo do capital é global, mas que se aproveita de qualquer forma da relação de produção, seja trabalho assalariado, para apropriar-se de maneira significativa e privada do valor/valores gerado(s) no processo de trabalho. Agricultores não têm o seu trabalho valorizado.

Neste sentido, o capital é caracterizado por múltiplas facetas, mas principalmente por apropriar-se da riqueza adicional, que é gerada em relação aos custos da reprodução da força de trabalho, ou seja, caracterizando a mais-valia (Martins, 1981). Diante das colocações, é necessário ressaltar as relações entre os assentamentos pesquisados, que estão em constante relação com áreas urbanas, tanto em busca de trabalho como serviços especializados, como educacional, saúde entre outros.

Em decorrência das grandes mudanças, como estilos de vida, governança, avanços tecnológicos e outros aspectos do cotidiano da sociedade, observa-se que no período 1992-1997, houve inversão a favor das ocupações, denominada por Balsadi (2000) de não-agrícolas, em detrimento das ocupações com viés agrícolas, colaborando com a ocupação dos “residentes rurais”, apenas moradores rurais e seu envolvimento nos mais diversos ramos, áreas e atividades econômicas da época em áreas urbanas. Na atualidade, observa-se, ainda, a presença desta movimentação de inversão de ocupações dos assentamentos.

Nesse cenário, as pessoas que residiam em área rural foram construindo suas relações com área urbana, seja para trabalho ou não, em que diariamente residentes rurais percorriam longos caminhos até a área urbana mais próxima, por diferentes motivos, bem como na busca por emprego e renda. Pessoas que moravam em áreas urbanas, que foram residir em área rural, de certa forma são dependentes da vida urbana (Balsadi, 2000).

Diante desta constatação, criou-se um fenômeno caracterizado pela inserção da população rural em atividades não-agrícolas denominadas de “*commuting*”, com o ir e o vir diário, semanal ou mesmo em outras condições, da residência para o local de trabalho para áreas consideradas urbanas (Balsadi, 2000, p.160).

## **2.2 Aspectos históricos gerais da organização dos assentamentos rurais brasileiros**

Como ponto de partida neste estudo, foi utilizada a terminologia assentamento, segundo Bergamasco e Norder (1996), simbolizando a criação de novas unidades e áreas de produção agrícola, que são organizadas por políticas governamentais, que visam o planejamento, reordenamento da utilização da terra pelos trabalhadores rurais sem e/ou com pouca terra disponível.

É necessário, inicialmente, conceituar e distinguir os termos, acampamento e assentamento, em que o primeiro, segundo Andrade (2009), emerge ou surge como um instrumento ou mecanismo, no qual as pessoas, informalmente, vão se aglomerando para lutar para a aquisição de uma possível área improdutiva, marcada por muita resistência a diversos fatores, para a conquista da terra. Já, o assentamento é caracterizado por pessoa ou grupo de pessoas, que se encontram acomodadas em seus respectivos lotes, ocupando determinada área, previamente, declarada improdutiva pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) (Andrade, 2009).

É relevante destacar o nascimento e criação de assentamentos brasileiros e de determinadas políticas que despontaram no momento histórico do *boom* de tentativas de reforma agrária, ocorrido no governo de Fernando Henrique Cardoso, em meio a grande tensão como a crise, pós *impeachment* de Collor, criação do Plano Real, moeda brasileira, dentre outros, buscando melhor acomodar e organizar essas populações (Coelho, 2016).

Deste modo o autor ressalta que com essa perspectiva foi criado o Gabinete Extraordinário de Política Fundiária, que em sequência deu origem ao Ministério de Desenvolvimento Agrário, porém a questão fundiária pouco se modificou, sendo tensionada com o passar dos anos e desalinhada da vida do campo, ignorando a dignidade dos assentados (Coelho, 2016).

Com outra perspectiva, o INCRA destaca que o acesso à terra, fundamentado na regularização ativa do sistema fundiário direcionado para os amplos aspectos da produção agropecuária de famílias rurais, possibilita melhor organização e regulamentação do território do país, se constituindo em instrumento que fortalece a agricultura familiar. Para Bergamasco (1997), os resultados das lutas de povos dos assentamentos representam um processo de socialização e de construção coletiva, que permite a mobilização em novos espaços sociais, econômicos, políticos e de abertura de grandes oportunidades.

Os contextos históricos coletivos redefinem as relações sociais para a aquisição da posse da terra, se caracterizando como ponto crucial para a redefinição de outras práticas sociais subsequentes. Deste modo uma ocupação bem-organizada é fundamental. Nesse sentido, Mitidiero Junior (2011) ressalta que a estrutura espacial é essencial para a construção e permanência dos assentados, visto que se pensada e organizada sem a ampla participação e autonomia dos assentados tende a criar limitações no que diz respeito a sua materialização.

Ao longo dos anos, as terras dos assentamentos rurais, geralmente, são frutos dos processos de tentativas da reforma agrária, que segundo o movimento dos Trabalhadores

Rurais sem Terra (MST), trata-se de terras públicas, que se encontram em desuso e são cedidas por direito de uso com exclusividade para famílias assentadas, as quais se encontravam conectadas com as lutas em defesa ao acesso à propriedade (Mitidiero Junior, 2011).

Ainda de acordo com o autor, o assentamento rural é constituído por famílias que adquirem um lote de terra, a partir do crédito estatal, com financiamento de 23 anos para concluir todo pagamento. Neste sentido, como norma, não será possível a titulação do lote, antes do prazo de 10 anos do pagamento da dívida, sendo apenas concedido o uso material da terra. Também, os assentados ficam impossibilitados de venderem seus lotes, pois nesta dinâmica, não possuem legalmente o título de posse da terra.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2013) destaca que a política mais atualizada sobre os processos de reforma agrária está organizada em três dimensões sequenciais: a) demarcação dos lotes de cada assentado e fixação dos grupos familiares; b) liberação de créditos que visam o fomento e habitação de cada família; c) organização e inclusão dos trabalhadores em políticas públicas com o foco na aquisição da produção organizada com mercados institucionais amplos. Esses mercados são diferenciados, pois estão relacionados com espaços alternativos, que visam a comercialização direta e voltada às demandas de compras públicas de certos produtos oriundos da agricultura familiar (BRASIL, 2013).

Ainda neste contexto, para o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o assentamento de reforma agrária é constituído de um conjunto de unidades agrícolas, que são instaladas pelo INCRA em um imóvel rural, em que cada uma dessas unidades pode ser chamada de parcela ou de lote, sendo destinada a uma família de agricultor ou trabalhador rural, que não tenha condições econômicas de adquirir um imóvel rural. Assim, desponta o assentamento, entendido como estratégia ou possibilidade de realização de uma reforma agrária, e o assentado, conforme a própria etimologia da palavra, representa a pessoa que faz parte do processo de acampar, permanecer, fixar-se no assentamento.

Torna-se relevante ressaltar que a luta pela reforma agrária se materializa por meio da construção dos assentamentos, em que as pessoas após a ocupação, vão se acampando aos “montes” e em seguida assentadas. Desse modo, existe dualidade no entendimento da representatividade da reforma agrária, em que por uma visão é considerada apenas a desapropriação de terras, mediadas pela legislação, enquanto em outro contexto, pode ser caracterizada pelo conjunto de medidas, que quando cabíveis, podem ser realizadas por

meio de doação, objetivando a regularização fundiária, em que o reconhecimento de assentamento é definido pelo aparato dos estados e municípios. Assim, podemos compreender que simboliza uma ação, tentativa de reforma agrária (Coca, Estevan, 2013).

Os assentamentos têm sua origem baseada na luta pela terra, materializada por meio das ocupações, contemplando a maior parte de agricultores que não possuem terra. Eles são reconhecidos a partir da sua organização em dois grupos, em que “O PA (Projeto de Assentamento) é implantado pelo governo federal e o PE (Projeto do Estado) pelos governos estaduais. Após a implantação dos PE’s pelos governos estaduais, estes são reconhecidos pelo Governo Federal” (Coca, Estevan, 2013 p. 6).

O autor relata ainda, a predominância do entendimento de que as ocupações possam gerar assentamentos construídos por agricultores rurais, para que esses possam trabalhar e produzir na terra conquistada, independente de tipo de assentamento. (Coca, Estevan, 2013 p. 6).

Também, merece destaque que os vínculos estabelecidos pelos assentados com o espaço/local, em que vivenciaram, ao longo da sua existência, vão para além do físico, concreto, palpável, sendo relevante o envolvimento com as simbologias locais, a forma de vida que fica incorporada nas identidades das pessoas, que vivenciam e residem em determinada região. Estes aspectos fazem o diferencial entre o rural e o urbano (Oliveira; Silva, 2020).

Com essa mesma perspectiva, Fernandes (2007) ressalta que a verdadeira reforma agrária deve ser pensada por meio da perspectiva do desenvolvimento territorial, considerando como uma questão nacional, e que deve ser realizada de forma bem planejada. Assim, na seleção de pessoas a participarem de tal movimento, deve-se considerar o vínculo com o campo/rural e a vida produtiva agrícola. A produção agrícola é atribuída ao tipo de assentamento que é constituído em determinada localidade, com determinado público participante.

Santos (1985) já afirmava que a perspectiva social e econômica está no espaço, definido pelo estar no presente em toda e qualquer sociedade, urbana ou rural, sendo estes espaços construídos pelas sociedades, em consonância com a economia local. Neste sentido, Schmidt (2020) relata que os trabalhadores rurais têm sua importância no que diz respeito ao funcionamento das colheitas, ainda mais sendo periódicas, como de frutas, verduras, grãos etc.

Com o avanço tecnológico, vem crescendo a necessidade de estudos, bem como de práticas que possibilitem um novo cenário, com qualidade, produção adequada para

esta população rural. Assim, torna-se relevante destacar também, os aspectos ambientais nas pesquisas, ressaltando a dinâmica de produção associada ao sistema ambiental, na qual interfere na qualidade de vida desses assentados.

### **2.3 Produção agropecuária nos assentamentos rurais brasileiros**

A agricultura diante dos avanços técnicos e mercadológicos alcançados, ao longo dos anos, tem ampliado a oferta de alimentos, tanto de origem animal como vegetal, com possibilidade de atender às necessidades básicas humanas e de outros setores da cadeia alimentar, se contrapondo à tradicional teoria de Malthus de que a produção de alimentos cresceria em progressão aritmética, enquanto a população humana teria crescimento em progressão geométrica, criando um cenário de escassez de alimentos.

A produção brasileira de alimentos converge para dois segmentos do mercado de abastecimento, com características próprias, constituídos pelo agronegócio e pela agricultura familiar. Para Mendonça (2015, p. 375) “o termo agronegócio (*agribusiness*) teve origem na *School of Business Administration* da Universidade de Harvard, com a publicação do livro *A Concept of Agribusiness*, de John Davis e Ray Goldberg em 1957”. Assim, é cultivada a ideia de que estamos passando por transformações significativas, partindo de uma "revolução tecnológica", como cita o autor, com fundamento no "progresso".

Por outro lado, este progresso está focado no viés da expansão desacerbada das formas e utilização da agricultura e dos recursos naturais. O problema não é o agronegócio em si, mas o uso intensivo de agrotóxicos, que são prejudiciais à saúde. Assim, o conceito de agronegócio adentra como unidade de análise em seu sentido integral, que inclui desde a produção, contemplando insumos químicos para as diversas culturas agrícolas. (Mendonça, 2015).

Nesse sentido, percorre os caminhos da industrialização, e em sequência passando para as empresas de comercialização como sistemas de varejo. Trata-se da produção em grande escala (Mendonça, 2015). Assim a problemática do agronegócio é evidenciada não de forma imediata, mas ao longo dos anos, em que a maneira de uso muitas vezes desacerbado de produtos químicos, é o real problema, é uma questão a ser pensada e solucionada.

Peterson (2015) reforça essa ideia, destacando que o modelo de produção agropecuária dominante no Brasil, marcado pela entrada do capitalismo no campo e pela Revolução Verde, tem se caracterizado pela apropriação/exploração/expropriação da

natureza e da força de trabalho. O autor ressalta ainda, com relação ao agronegócio, que ele sucede à revolução verde, e

se reproduz por meio de economias de escala que induzem a ocupação dos territórios rurais com extensas monoculturas e criatórios industrializados. Nessa ordem de ideias, a alegada necessidade do emprego dos agrotóxicos só pode ser compreendida como o resultado da combinação deletéria e mutuamente recíproca entre a voracidade econômica e a vulnerabilidade ecológica do agronegócio (Peterson, 2015, p. 32).

A dinâmica do agronegócio está atrelada às relações e particularidades das monoculturas e latifúndios, que têm formado uma combinação impactante e devastadora dos sistemas socioambientais, em decorrência do grande uso de agrotóxicos (Camacho, 2010). Diante disso, se define a monocultura, como uma das principais formas de fazer agricultura, pelos cultivos de cana-de-açúcar, amplos campos de soja e de eucalipto, dentre outros.

Essas culturas foram incorporadas em agroecossistemas, disfarçando o que de fato é fruto do agronegócio, em que a utilização de agroquímicos constituiu-se em exigência no manejo das culturas agrícolas. Assim, o agronegócio se utiliza de grandes quantidades de agrotóxicos para combater insetos, agora denominados de “pragas” e garantir a produtividade em grande escala, e com isso ocasiona grandes impactos aos sistemas sociobiodiversos (Camacho, 2010).

Com outra perspectiva, a agricultura familiar tem se caracterizado como alternativa ao desenvolvimento menos excludente e mais equilibrado ambientalmente, em confronto com os sistemas reconhecidos como agronegócio, pena que a agricultura familiar ainda é considerada pequena se comparada com a larga produção que o agronegócio apresenta (Santos; Mitja, 2012).

Em algumas regiões do país, a dinâmica da agricultura familiar necessita ser fortalecida por meio de atividades que possam promover ações competitivas e melhor organização da renda. Destaca-se que no âmbito nacional, a dinâmica da agricultura familiar é economicamente participativa e bem presente na atualidade, mas que ainda não consegue suprimir as necessidades humanas (Sachow; Plein, 2018).

Neste sentido, a agricultura familiar além de contribuir com o comércio local, gera renda para as famílias e dinamiza a economia dos territórios rurais produtores, que mesmo com dificuldades conseguem realizar a sua produção em pequena quantidade (Passos; Khan, 2019).

Para Neves (2002, p. 135-139), o entendimento sobre agricultura familiar parte da categorização social e de ação política e do debate acadêmico, com forte contexto de ações de políticas públicas, enquanto Wanderley (1997, p.10) relata que “a agricultura familiar é um conceito genérico, que incorpora uma diversidade de situações específicas e particulares”. Assim, ressalta o entendimento de que a tipologia ou nomenclatura é parte de como os elementos da análise da exploração e incorporação das famílias alocadas dentro do contexto.

Com essa visão, Sidersky (1990) utiliza já o conceito de pequeno produtor, bem como o de unidade econômica camponesa, para introduzir a discussão sobre agricultura familiar. Deste modo, ele estabelece três características básicas fundamentais para as unidades econômicas camponesas: a) unidades interligadas pelo acesso aos meios de produção agrícola e pelo uso integral de recursos da terra; b) analisa o caráter familiar da produção agrícola; c) contextualiza a relação com o mercado, renda das famílias com a articulação dos sistemas globais capitalistas. Romeiro (1998), também, enfatiza estas características sob a mesma perspectiva, visando a compreensão da agricultura familiar e suas dinâmicas produtivas, rendável e social.

A *Food and Agriculture Organization* e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (FAO/INCRA, 1996) adotam critérios e conceito para definir o termo agricultura familiar. Ressalta-se que, tais abordagens apresentam limitações, principalmente, relativas ao tamanho da área adquirida, visto que não é considerada a questão das lógicas internas, que partem de atribuições particulares da cultura e das representações, símbolos dentre outros aspectos de cada região.

Outros critérios discutidos e levantados, que caracterizam a agricultura familiar são referentes à ampla utilização da mão-de-obra familiar, levando em consideração a renda do agricultor, os contextos sociais e a significância do autoconsumo, o que é chamado de subsistência, bem como as regras de parentesco, de herança social histórica, as particularidades entre os recursos naturais e produtores familiares dentre outras possibilidades (Wanderley, 2003).

A discussão não se encerra a tais terminologias. É relevante citar a distinção entre termos que apareceram e aparecerão no corpo do texto, como sendo o camponês *versus* agricultor familiar. Wanderley (2003) traz diferenciações entre os dois termos, em que o de “camponês” comporta o entendimento de ser a unidade familiar (global) ou central de uma forma social particular de organização de produção, com princípios que se baseiam no patrimônio em sentido amplo e na cooperação integral entre os seus membros.

Já, o termo agricultor familiar tem por base, traços distintos, que visam a integração ao mercado, a incorporação e aquisição de tecnologias nos sistemas de produção agropecuária, contando, também, com a participação do Estado em sua reprodução social coletiva, contemplando parâmetros que partem das políticas públicas (Wanderley, 2003).

O conceito de camponês é caracterizado por algumas particularidades e características político-ideológico de resistência, decorrente de fatos, no qual a modernização da agricultura chega ativa, porém, o envolvimento ao mercado não acontece e não aconteceu de forma homogênea, mas sim diferenciada, que acentua desigualdades sociais, como reforça Fernandes (2002).

Assim, estabelecendo um paralelo reflexivo, o autor relata que a construção teórica da agricultura familiar é defendida como um modelo de agricultura, que visa o progresso e a modernidade ativa das ações produtivas, que de algum modo, se interligam à dinâmica do agronegócio, mesmo de forma parcial e diferenciada.

A relação histórica do camponês é percebida de forma preconceituosa como sendo “atrasada” e arcaica, algo negativo que tende a desaparecer e estagnar à medida que os pequenos produtores se instalam e adequam bens como parte do mercado (Fernandes, 2002). Nesta pesquisa, em especial, se utilizou do termo assentados rurais, para os participantes, no qual advém do processo de ocupação, formação do assentamento, e que pagam pelo lote que receberam do INCRA e pelos créditos contratado, nomenclatura em que os pesquisados se identificam.

Para Silva Neto (2002), o desenvolvimento rural nos assentamentos, em sentido geral, tem se sustentado pela capacidade de resistência do agricultor diante das constantes intempéries e pela perspectiva da melhoria na qualidade de vida dos envolvidos, que mesmo em cenário de dificuldades, tem conseguido ampliar a produtividade das culturas exploradas e a valorização das áreas assentadas.

Existe grande diferenciação regional e local, na produção total e na produtividade de cada cultura e de cada família, que na grande maioria tem garantido o autoabastecimento familiar. Isso se constitui a base dos assentamentos, em que os assentados enfrentam questões também, relacionadas com o solo, clima, organização dos grupos, infraestrutura, que estão atreladas às dinâmicas econômicas locais (Melo, 2006).

Segundo Silva *et. al.* (2012), em decorrência das precariedades históricas de infraestrutura básica dos assentamentos, alguns assentados não residem nos seus lotes, pois essas famílias muitas das vezes têm que percorrer longas horas e longas distâncias

até o local onde realizam as atividades produtivas. Esta situação agrava, quando a família tem vínculo com o campo e nele produz.

Ressalte-se que ao longo do processo histórico, condições de vida dos assentados são marcadas por constantes dificuldades, inclusive de acesso a outros locais dentro dos assentamentos, pela impossibilidade da passagem de veículos até os locais em que existe uma unidade de pequena produção.

#### **2.4 Agroecologia e suas relações com a agricultura familiar**

Os avanços alcançados com as culturas exploradas na produção agropecuária têm sido direcionados para conversão dos produtos em *commodities* e em agroenergia, em que se tem evidenciado o uso massivo de agrotóxicos. Ressalte-se que no Brasil, o aumento do consumo de agrotóxicos tem crescido a cada ano, considerando-se que a legislação brasileira tem flexibilizado o registro de novos ingredientes ativos (agrotóxicos) e por tempo indeterminado. Neste sentido, a reavaliação de determinado ingrediente só é realizada em casos extremos, que estejam relacionados a efeitos carcinogênicos, mutagênicos e teratogênicos (Bombardi, 2017).

Neste contexto, para se compreender/entender os amplos aspectos dos sistemas agrícolas, é imprescindível que se tenha vasta percepção sobre o que representa a sustentabilidade nas diversificadas e múltiplas atividades do meio rural, e especialmente, perceber que a agricultura é influenciada pela evolução/revolução dos sistemas socioeconômicos e naturais (Altieri, 2000). Assim, o homem deve caminhar junto a estas modificações, buscando satisfazer a sua necessidade, bem como a do planeta. Aspectos esses que vão ao encontro dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), preconizados pela Organização das Nações Unidas.

Com essa visão, Cavalcanti (1998, p. 61) relata que a sustentabilidade representa a “possibilidade de se obterem continuamente condições iguais ou superiores de vida para um grupo de pessoas e seus sucessores em dado ecossistema”. Assim, devem ser utilizados os mecanismos necessários para beneficiar os estilos de vida, de modo que sejam garantidas as condições do planeta de se recompor.

O termo agroecologia vem sendo introduzido ou (re)introduzido e muito utilizado em comunidade que tem empregado a subsistência, que desenvolve produção orgânica, utilizando de recursos da própria natureza para plantar e colher alimentos nativos e naturais, sem a utilização de agrotóxicos ou qualquer outro defensivo agrícola.

Assim, a agroecologia é, genericamente, defendida pelo meio produtivo e por muitos pesquisadores, como a forma de fazer agricultura de maneira eficiente, com foco na preservação da natureza, considerando as amplas técnicas de fazer agricultura. Neste contexto, a agroecologia pode ser considerada um movimento social voltado para a soberania e o bem viver dos povos (Oliveira *et al.*, 2020).

Para reforçar ainda mais acerca da temática, a agroecologia surgiu em meados de 1970, tendo destaque em 1980, por meio dos estudos sobre a ecologia, principalmente a ecologia do solo, implementada a princípio pela Dra. Ana Primavesi, a pioneira da agroecologia no Brasil (Primavesi, 1979).

Também, foi destacado que a agroecologia é nada mais nada menos que uma ciência de natureza multidisciplinar, fundamentada em princípios, que partem do conhecimento científico e do conhecimento tradicional.

Segundo Gliessmann (2001) e Altieri (1989), a agroecologia é envolvente e engloba a utilização de sistemas agros, juntamente, com a utilização consciente e sustentável de recursos naturais. Desta forma, para que haja transformação das comunidades rurais é necessária a parceria de todos, bem como desenvolver uma cultura, levando em consideração a função das características edafoclimáticas.

Para Altieri (1989), a agroecologia é uma ciência emergente que estuda, se debruça aos agroecossistemas envolventes, integrando os conhecimentos, de diversas áreas como agronomia, biologia, ecologia, sociologia dentre outras, para desenvolver junto à comunidade e/ou assentamentos a tecnologia sustentável adequada e aplicável dentro do contexto social do assentamento.

Conectado com a agroecologia, a biodiversidade, segundo Barbieri (2010), é outro conceito presente que se caracteriza pela totalidade dos genes, envolvendo espécies, suas relações integrais e ecossistemas únicos, que estão presentes em uma região. O autor ressalta ainda, que a biodiversidade é um agrupamento ambiental e que envolve a diversidade entre os seres vivos, estilos de vida, diversidade genética, bem como a diversidade de ecossistemas, onde estes termos englobam as conceituações que envolvem a biodiversidade.

A agricultura agroecológica é o resultado de quando o agricultor se utiliza de técnicas e métodos diferenciados dos convencionais, estabelecendo técnicas mais naturais, planejando e organizando sua produção em função de regulamentos que contribui positivamente com a natureza, requerendo maiores cuidados, sendo assim uma

produção que coloca limites ao uso de certos tipos de insumos, em que podem agredir o ambiente (Caporal; Costabeber, 2004).

Ao adotar os sistemas de produção agrícola agroecológico consideramos esta ação como estratégia de desenvolvimento sustentável, que contribui com a sustentabilidade, bem como valoriza a agricultura familiar, que por meio das técnicas empregadas, melhora a saúde dos produtores, e ainda, contribui para a diminuição de impactos ambientais decorrente do uso da terra (Trindade-Santos; Castro, 2021).

A agricultura familiar está intrinsecamente atrelada à realização do trabalho agrícola realizado por grande parte ou por todos pertencentes a determinado grupo familiar. Deste modo, cada membro familiar realiza determinada atividade, organizada por categorias, previamente, definidas (Andrade, 2009).

O autor ainda ressalta que a agricultura familiar tem presença marcada por grande luta, pois os agricultores vislumbram que seus produtos sejam inseridos no mercado para o consumo da população em geral, inserção que seria viabilizada positivamente, a partir da valorização do território, colaboração de todos, valorização da produção, preço justo e de suas potencialidades.

Existe forte relação entre a agricultura familiar e a agroecologia, pois estão amplamente conversando de forma positiva entre si, na maneira de pensar e possibilidade de se fazer. Santos e Mitja (2012) citam que a agricultura familiar está envolvida nos assentamentos como alternativa modeladora, fazendo parte da organização e planejamento, visando desenvolvimento menos excludente, focado em um sistema, ambientalmente, mais equilibrado e sustentável, tendo como fim a agroecologia.

Por fim, é necessário pontuar quais são os princípios na qual constituem a agroecologia. Segundo Yavorski e Lemes (2023), a agroecologia é um modelo de produção agrícola, alinhada a conservação e regeneração de recursos naturais. Nesse sentido, é constituída de elementos técnicos, envolvendo manejo dos recursos naturais de forma planejada e sustentável, adequado ou adaptado para cada cultura ou cultivar, considerando-se as necessidades específicas de cada cultivar em específico.

Assim, a agroecologia busca dentre seus princípios o uso equilibrado dos recursos naturais e disponíveis, bem como o aumento significativo da produção, na qual é planejada anualmente e segue os ciclos da chuva, a preservação dos recursos de solo e água, sem uso de produtos químicos, fazendo-se uso de materiais orgânicos disponíveis. No que diz respeito a produção, é para o sustento familiar e para a venda, na qual é comercializada de forma direta aos consumidores, muitas das vezes em feiras públicas e

em comunidades próximas (Yavorski; Lemes, 2023). Os autores destacam, ainda, a necessidade do acompanhamento de todos os processos de produção, desde o preparo do solo até a sua comercialização.

## **2.5 Considerações gerais sobre a Teoria da Atividade Histórico Cultural**

Na Teoria da Atividade Histórico-Cultural (TAHC), tem-se a aprendizagem como ponto crucial para a realização de atividades humanas. Trata-se da aprendizagem, que é conduzida e que conduz a novos conhecimentos, cujas ocorrências são as manifestações decorrentes de aspectos sociais e históricos (Camargo, 1997).

Assim, a TAHC advém de processos interdisciplinares, proveniente da psicologia sócio-histórica e cultural. Neste sentido, teve seu início por meio de estudos com o pensamento de Vygotsky, tendo sua origem na Rússia por volta dos anos 1920 e 1930. É relevante ressaltar que Vygotsky, em seus estudos, trabalhava o funcionamento e o desenvolvimento de crianças, suas aprendizagens, propiciando os primeiros passos para tais pesquisas. Ao longo do tempo, toda teoria tem passado por modificações. O que antes iniciou com a aprendizagem de crianças, hoje se ampliou aos estudos de atividades de trabalhos, de saúde, agricultura dentre outros (Cassandre; Bulgacov; Camargo, 2011; Engestrom; Sannino, 2010).

Essa teoria, ao longo dos anos tem passado por variadas gerações, ou aperfeiçoamentos, como por exemplo a primeira geração, fundamentada em concepções vygotskiana de mediação, tinha a tendência de estudar os indivíduos, unindo o objeto, sujeito a determinados instrumentos, chamado, inicialmente, por Vygotsky de artefatos (Engeström, 2012; 2016). É uma metodologia que segue uma dinâmica qualitativa, acerca da observação de aspectos subjetivos sociais, que segue um passo a passo, em seu processo de aplicação e análise.

Ao longo desses estudos iniciados por Vygotsky, Leontiev aprofunda mais um pouco essa perspectiva metodológica, ampliando a unidade de análise na perspectiva de Vygotsky, que considerava apenas um indivíduo. Para Leontiev, essa unidade de análise foi se expandindo, se diferenciando de ação individual para atividade coletiva (Leontiev, 1981; 1978).

Assim, as ações são direcionadas, focadas a objetivos e metas, considerando o objeto da atividade coletiva, capaz de explicar o porquê de determinado comportamento, ou como surgiu uma ação (Leontiev, 1978). Dentro deste contexto, despontaram quatro características, que para o autor circundava em torno do objeto da atividade: motivo e

origem de uma atividade, a dualidade do objeto, sendo epistêmico nas ideias e sua materialidade. A terceira e quarta característica dizem, respectivamente, que o objeto está em constante mudança, e que só pode ser alcançado se coletivamente (Leontiev, 1978).

Assim, Leontiev entende que não basta evidenciar o objeto, o sujeito e os instrumentos para que se tenha uma atividade, mas deve-se deixar claro, o que são atividade e ações. Assim, o autor faz essa diferenciação, em que ações são entendidas no âmbito individual, já as atividades são interpretadas, no coletivo, surgindo-se assim a segunda geração, agora considerando aspectos que constituem a comunidade (Engeström, 2012; 2016), regras e divisão do trabalho.

Durante os processos de passagem de uma geração para outras, ainda na segunda geração, o pesquisador Engeström entende que essa segunda geração teve como ênfase as inter-relações entre o sujeito individual e comunidade, acentuando a importância das contradições nesse processo dos sistemas de atividade.

Ao contextualizar a terceira geração, Engeström propõe o modelo triangular do sistema de atividade (Figura 01) composto pelos elementos propostos por Leontiev. Além disso, ele afirma que os sistemas de atividade podem interagir entre diferentes sistemas (Engeström, 2012; 2016).

**Figura 01:** Modelo do Sistema de Atividade



**Fonte:** ENGESTRÖM (1987).

Com mais contribuições e na mesma linha de pensamento, Engeström (1987) afirma que as compreensões, interpretações das ações individuais só são possíveis se o objeto da atividade estiver em constância com o sujeito, objeto e instrumento, bem como com os mediadores sociais, em que as ações humanas são mediadas. Dessa forma, surgem desenvolvimentos no modelo do sistema de atividade, com novas perspectivas a serem consideradas (Engeström, 1987).

Essa metodologia pode ser sintetizada por cinco princípios: Teoria de Mediação Cultural de ações humanas; multi-vocalidade; historicidade; papel das contradições como fontes de mudança e de desenvolvimento; e possibilidade de transformações expansivas em sistemas de atividade (Engeström, 2001).

A Teoria da Mediação Cultural de Ações Humanas, proposta e defendida por Vygotsky (1978), pontua que as ações humanas são mediadas por artefatos culturais, que foram criados durante o processo histórico da humanidade (Vygotsky, 1978). Leontiev (1981) complementa que um conjunto de ações é necessário para transformar determinado objeto, denominando de atividade. Deste modo, os objetos são sistemas culturais, e a atividade humana é dirigida por um objeto, assim, não há atividade sem objeto.

Nesta teoria, o sistema de atividade é considerado como uma unidade de análise, mediado por artefatos culturais e orientado a um objeto (Engeström, 2001). O sistema de atividades (SA - Figura 01) é composto por: sujeito (perspectiva de análise de indivíduo ou grupo de pessoas); objeto (significado, motivo e finalidade da atividade); regras (regulamentos e normas); ferramentas (instrumentos mediadores da ação dos sujeitos); divisão do trabalho (divisão de tarefas e relações hierárquicas existentes); e comunidade (indivíduos ou grupos que transformam o objeto) (Engeström; Sannino, 2010).

De acordo com o princípio da multi-vocalidade e historicidade, devem ser considerados os múltiplos pontos de vista, tradições e interesses presentes no sistema de atividade, os quais se transformam ao longo do tempo, podendo gerar problemas e contradições. As contradições representam tensões estruturais que se desenvolvem, historicamente, dentro e entre sistemas de atividade, e ao mesmo tempo em que geram perturbações, são também fontes de mudanças e propiciam inovações (Engeström, 2001).

Em geral, as contradições representam manifestações de conflitos críticos (Sannino, 2008; Vasilyuk, 1988). Desta forma, são entendidas como atividades, que provocam situações de conflitos que vão surgindo, cujas soluções são de difícil solução. Podem, ainda, representar a transcendência da objetificação de aspectos do abstrato ao concreto, determinando conflitos (Engeström; Nummijoki, Sannino, 2012).

Engeström (1987), ainda, coloca quatro níveis de contradições, que também foram passando por processos de modificações ao longo dessa teoria, juntamente com as gerações. Assim, ao discernir em níveis o entendimento de contradições, como primária,

secundária, terciária e quaternária, possibilita melhor compreensão dessa teoria das análises desse trabalho, em relação aos assentamentos pesquisados.

Segundo Querol; Cassandre e Bulgacov (2014), o entendimento desses níveis de contradições configura conflitos, sendo os três últimos níveis, (segundo terceiro e quarto) representados por expressões externas, ou manifestações de contradições primárias, entendidas como coisas que partiram do conflito inicial, ou contradição inicial, que não foi solucionada e que se perpetua.

O último princípio menciona sobre a possibilidade de transformações expansivas em sistemas de atividade, o que acontece por meio do ciclo de aprendizagem expansiva. Neste sentido, ocorre o desenvolvimento de um novo objeto de atividade, ou seja, uma reconceituação do objeto e motivo da atividade, e assim, uma ampliação do horizonte de possibilidades do modo anterior da atividade (Engeström, 2001).

Na teoria da aprendizagem expansiva, percebe-se esta relação, quando o objeto de certa atividade é transformado e enriquecido com qualidade, atribuições que possibilitam a solução de contradições presentes em atividades anteriores (Engeström, 1987; 2016).

Diante do desenvolvimento da unidade de análise e surgimento de contradições, as pesquisas de Engeström têm enfatizado a compreensão dos sistemas de atividade e suas contradições (Engeström, 2012; 2016), para intervenção e construção de soluções. É interessante mencionar, que este trabalho é uma inovação, sendo o primeiro trabalho realizado em assentamentos, juntamente com a utilização e aplicação desta metodologia.

### **3 METODOLOGIA**

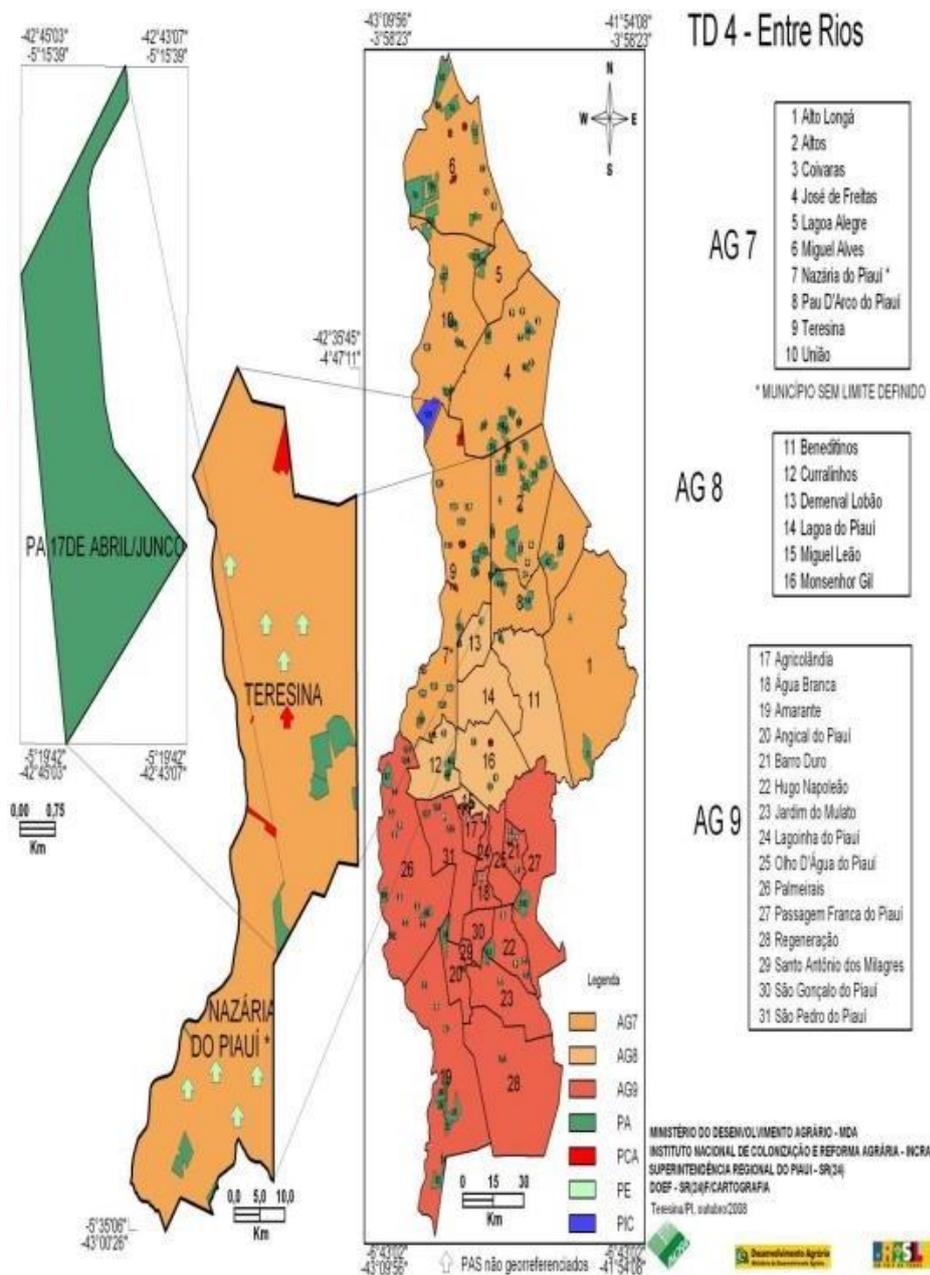
#### **3.1 Locais da Pesquisa**

A pesquisa foi desenvolvida nos Assentamento 17 de Abril e Assentamento 08 de Março, sendo contemplado no primeiro, o marco temporal de 2004, época de sua fundação, até o ano de 2023, enquanto no 08 de Março, avaliou-se o período desde a fundação, em 2016 até o ano de 2023. Nos dois assentamentos foram buscadas informações relacionadas à construção dos barracões e demais componentes da infraestrutura, contextos históricos, bem como, o percurso dos processos envolvendo a ocupação, posse da terra, definição das atividades agrícolas e dinâmicas adotadas nos dois assentamentos.

O Assentamento 17 de Abril (Figura 02) fica localizado em torno da BR 316, em Teresina, seguindo a estrada que vai a Demerval Lobão, Piauí, na região da Chapadinha

Sul, situando-se no território de Desenvolvimento Entre Rios do estado do Piauí, próximo a Unidade Escolar Lucas Meireles, escola bem conhecida na região.

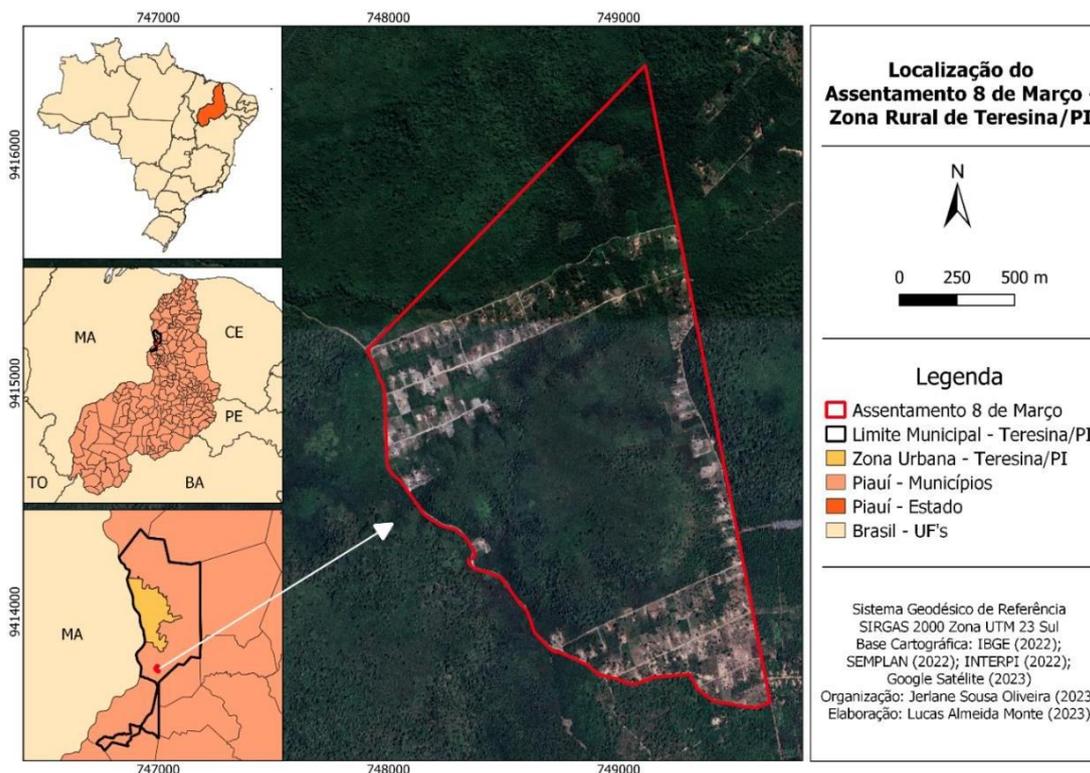
**Figura 02** - Localização da área do Assentamento 17 de Abril em imagem do território “Entre Rios”



Fonte: ANDRADE (2009, p. 171)

Já o Assentamento 08 de Março, situado próximo ao Assentamento 17 de Abril, teve em sua origem o apoio deste Assentamento, em função da proximidade física. Também, como referência de sua localização tem-se a proximidade da Cerâmica Cil, e outros bairro em Teresina, na zona Sul (Figura 03).

**Figura 03:** Localização da área do Assentamento 08 de Março



Fonte: Mapa elaborado por Lucas Almeida Monte.

### 3.2 Métodos e técnicas da pesquisa

A abordagem da pesquisa foi qualitativa, em que foram contemplados aspectos subjetivos, caracterizando os fenômenos sociais e comportamentos humanos. Assim, o objeto dessa pesquisa foi de apresentar os fenômenos das sociedades, da mesma forma como dos assentamentos que ocorrem em determinados momentos específicos, envolvendo tempo, local, período e cultura (Denzin; Lincoln, 2006).

A pesquisa qualitativa tem como finalidade compreender aspectos sociais e contextos específicos, e não a quantificação que foca em equações e estatísticas. Para Denzin e Lincoln (2006), a pesquisa qualitativa está centrada na interpretação de ações humanas no mundo, significando estudo sobre as coisas naturais, tendo como perspectiva, compreender o fenômeno em profundidade.

Ressalte-se ainda, que a pesquisa de natureza qualitativa tem a visão direcionada para analisar as relações existentes, no caso específico os assentamentos, para efeito de conhecimento das riquezas históricas e particularidades presentes em cada um, e ao mesmo tempo, tornar os assentados como reconhecedores de suas formas de planejamento, de vida, de produção por meio de seus processos históricos, pautando-se

no aprimoramento das técnicas de produção. Nesse sentido, durante a execução da pesquisa, as ações foram realizadas com muita atenção e cuidado, sempre com foco na coleta de informações, para que as entrevistas permitissem o entendimento e interpretações da história de lutas no processo de criação do assentamento, conflitos, contradições, pontuando aspectos da posse da terra e seu uso.

A este respeito, Godoy (1995 p. 21) relata que “a pesquisa qualitativa ocupa um reconhecido lugar entre as várias possibilidades de se estudar os fenômenos, que envolvem os seres humanos e suas intrincadas relações sociais, estabelecidas em diversos ambientes”. Ainda, o mesmo autor coloca que esta abordagem qualitativa contempla três perspectivas sendo a pesquisa documental, o estudo de caso e a etnografia, em que cada uma apresenta características próprias, mas que são complementares entre si (Godoy, 1995).

As pessoas residentes nos locais são denominadas assentadas rurais, com estilos de vida e forma de exploração da terra bem definidos. Nesta pesquisa, considerou-se cada assentado como protagonista e colaborador da pesquisa. Neste sentido, foram adotados critérios de inclusão dos participantes, exigindo que fossem assentados(as) do Assentamento 17 de Abril e do Assentamento 08 de Março. Assim, a inclusão dos participantes se deu de forma voluntária, e aqueles que não concordaram foram excluídos do estudo.

Desta forma, a participação dos entrevistados se deu por interesse do participante assentado em participar, bem como por conveniência, buscando entrevistar pessoas que moravam mais próximas das vias principais, pois os assentamentos são grandes, e de difícil acesso, principalmente o assentamento 08 de março.

Para definição do número de participantes, adotou-se como critério a realização de entrevistas até que ocorresse saturação dos dados (Fontanella; Ricas; Turato, 2008), sendo então, realizadas entrevistas com 19 pessoas do total de residentes nos dois assentamentos.

Por meio de planejamento bem estabelecido, foi dado início a realização das entrevistas semiestruturadas (Apêndice A), em que foram direcionadas indagações objetivas, com líderes dos assentamentos e demais assentados. Também, foram feitos registros baseados na observação participante e anotações registradas em diário de campo, durante a coleta de informações. Além disso, os aspectos analisados se debruçaram em pesquisas, trabalhos anteriores desenvolvidos nos dois assentamentos, envolvendo artigos

científicos, dissertação de mestrado realizada na área (Andrade, 2009), dentre outros instrumentos, como registro fotográfico e reportagens.

Nesse contexto, buscou-se nas entrevistas obter informações sobre o resgate histórico do processo de formação dos assentamentos, bem como conhecer as características intrínsecas de cada um, contemplando contexto de lutas, expectativas de mudanças, organização dos lotes expectativa dos assentados a partir da posse da terra.

Com essa perspectiva, a entrevista com os assentados focou em indagar a importância das lutas históricas em busca do acesso à posse da própria terra, as técnicas de como os assentados realizam agricultura, contemplando cultivos plantados, o que é mais ou menos predominante na região, as dificuldades e limitações para adoção de técnicas agrícolas voltadas para uma agricultura sustentável, por parte daqueles que produzem. As entrevistas foram realizadas com os assentados de ambos os assentamentos, e se deu de forma gravada, em mídia de áudio e transcrita em texto, posteriormente, para análise.

Ressalte-se que o conhecimento dos residentes dos assentamentos sobre o objeto da pesquisa foi fundamental para a obtenção das informações necessárias, em consonância com os objetivos da proposta.

Diante do exposto, e tendo em vista as relações da pesquisadora com os assentados a linguagem utilizada na comunicação foi de forma prática e simples, sem utilização de termos técnicos, sendo acessível a todos os interessados do Assentamento 17 de Abril e do Assentamento 08 de Março. Por questões éticas, as pessoas entrevistadas tiveram seus nomes suprimidos e foram identificadas pela letra “P” seguida de número, e com o nome do respectivo assentamento.

Adotou-se o aparato teórico da Teoria da Atividade Histórico Cultural (TAHC), tendo o sistema de atividade como unidade de análise, possibilitando identificar as manifestações de contradições. Além disso, foi construída a linha do tempo de cada assentamento, contendo os principais eventos históricos críticos. Os eventos históricos críticos são compreendidos como eventos que implicaram em transformações duráveis mais radicais nos elementos dos SAs, resultando em mudanças significativas e inovações (Sewell Jr., 1996).

Dessa forma, com base nas informações que foram coletadas e nos conceitos da TAHC (Engeström, 1987, 2001), foi feita uma narrativa com a descrição e análise dos Sistemas de Atividades (SAs) dos assentamentos em estudo para identificar seus

elementos e como ocorreu o desenvolvimento de contradições históricas e eventos históricos críticos.

A ideia principal deste trabalho foi analisar a atividade como fenômeno, que está historicamente interligado, e mudando ao longo do tempo, sendo, também, formado por múltiplas camadas, que existem na forma de uma atividade local (Vilela *et al.*, 2014).

O sistema de atividade é a unidade de análise, que por meio das entrevistas são apresentadas características, que por si só vão possibilitando a construção do sistema de atividade inicial e atual. Para as análises, foram atribuídas as características como, o objeto, os instrumentos, regras, a comunidade e outros caracteres que compõem a unidade de análise. Para Engeström (1999), a unidade de análise para a teoria da atividade é considerada a prática conjunta, por meio do coletivo, e não a atividade gerada pela individualidade.

O sistema de atividade visa analisar o desenvolvimento e a formação, estruturação dos elementos das atividades, aspectos esses revelados no momento da entrevista, como também identificar as manifestações de contradições, que fizeram e que fazem parte e estão entre e dentro do sistema de atividade correlacionando-se com a fala dos entrevistados.

Foram construídos dois sistemas de atividade para cada assentamento, sendo um referente ao início dos assentamentos, e um outro sistema de atividade atual, relativo ao ano 2023, em que apresenta suas características extraídas das entrevistas com os assentados de cada assentamento. Nesse sentido, foram construídos no total, quatro sistemas de atividade, considerando, também, suas contradições e linhas do tempo com principais eventos históricos críticos.

### **3.3 Aspectos éticos**

A presente pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Piauí sob protocolo CAAE: 1 66473622.0.0000.5214 e aprovada sob parecer N° 5.861.652.

Todos os procedimentos éticos foram realizados em conformidade com a Resolução CNS nº 466, de 12 de dezembro de 2012 (BRASIL, 2012), garantindo autonomia, bem como o anonimato dos participantes voluntários, assegurando sua privacidade quanto aos dados confidenciais. Além disso, as informações coletadas foram utilizadas unicamente para fins científicos. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice B) foi lido e assinado pelos participantes, antes das entrevistas.

Os riscos nesta pesquisa foram considerados mínimos, como por exemplo, cansaço dos participantes ao responderem as entrevistas, que demandaram maior tempo. Como forma de minimizar estes desconfortos, as entrevistas foram realizadas em ambiente tranquilo e sempre que necessário ou quando solicitado pelos participantes, foram interrompidas e retomadas em momento que o voluntário julgava conveniente.

## 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 4.1 Assentamento 17 de Abril

Foram entrevistados onze assentados, cujas entrevistas revelaram aspectos históricos sobre o assentamento, uso da terra, organização do assentamento, gestão ambiental, moradia, infraestrutura, manifestações de contradições, dentre outros. Assim, foi construída uma linha do tempo do Assentamento 17 de Abril (Figura 04), apresentando os principais eventos críticos que fizeram parte da história dos assentados, os quais culminaram no surgimento do assentamento e no sistema de atividade inicial, no ano de 2004 (Figura 05), tendo como objeto a posse da terra.

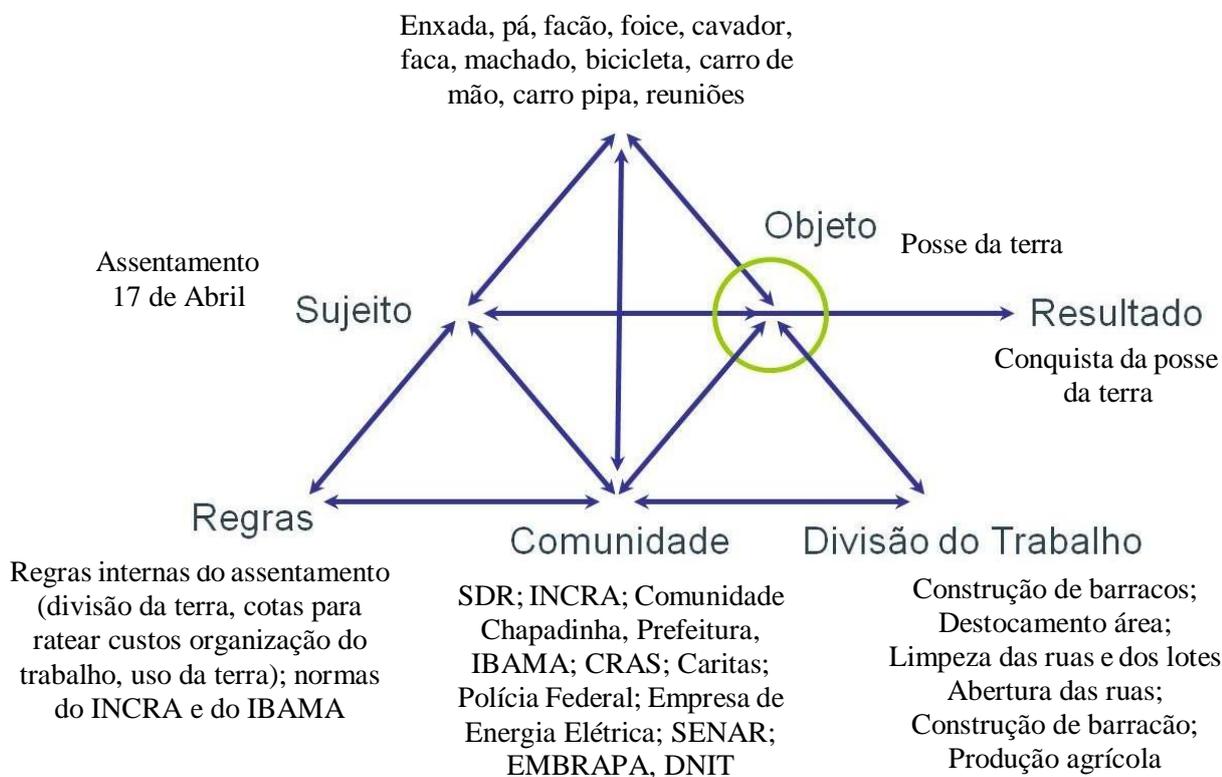
**Figura 04:** Eventos históricos críticos do Assentamento 17 de Abril



Preliminarmente, se torna relevante esclarecer, o que representam os termos acampados e assentados adotados no presente estudo. O primeiro diz respeito às pessoas que se encontram “amontoadas” ou aglomeradas, em um determinado local, como a situação inicial vivenciada na luta do movimento pela posse da terra, na ocupação em torno da BR 316, enquanto o termo assentado se refere ao momento em que as pessoas já se encontram alocadas, em um determinado assentamento, caracterizando a origem ou nascimento ou mesmo sua construção. Os sujeitos desta pesquisa são compostos por

peças humildes, muitos sem residência, que trabalharam em prestação de serviço em área urbana.

**Figura 05:** Sistema de Atividade inicial (2004) do Assentamento 17 de Abril



**Legenda:** SDR (Secretaria de Desenvolvimento Rural); INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária); IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis); CRAS (Centro de Referência da Assistência Social); SENAR (Serviços Nacional de Aprendizagem Rural); Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), UBS (Unidade Básica de Saúde); DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte).

Na linha do tempo, observamos eventos históricos críticos representativos para os assentados do Assentamento 17 de Abril. No ano de 2004, foram dados os primeiros passos na luta pela posse da terra com destaque para a fase de ocupação da BR-316, iniciada pelo processo de acampamento, em associação com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), fato que simboliza o marco inicial da origem do assentamento.

Em sequência, ainda em 2004, houve um incêndio de origem desconhecida dos barracos construídos de lona nas margens da BR-316, acontecimento que redundou, entre os anos de 2004 e 2005, na transferência dos acampados, que estavam instalados nas

margens da BR-316 para o local atual, hoje chamado de Assentamento 17 de Abril, possibilitando o nascimento e a permanência no assentamento.

Neste contexto, no período 2005 - 2012, foram relevantes as ações desenvolvidas direcionadas para construção de barracos na área ocupada, bem como a implantação de projetos sociais, destacando-se a construção das casas rurais, aquisição de água e de energia, aspectos que eram limitantes para o cotidiano dos assentados. Já, entre os anos 2010 e 2015, o Assentamento foi beneficiado pela instalação de um poço para suprimento de água e a chegada de energia elétrica, construção de uma escola, bem como o início da organização da área do cinturão verde, dentre outras infraestruturas.

Fernandes (2001) reforça que a organização/movimentação de uma ocupação decorre da necessidade de determinado grupo de pessoas, em busca de garantir a sobrevivência, e acontece em processos que são construídos na realidade em que se vive, com suas particularidades, individuais e coletivas. Assim, o acampado sem-terra passa a viver em moradias improvisadas, com a perspectiva de se assentar em um determinado local e fixar-se.

O Assentamento 17 de Abril tem uma associação denominada de Associação de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Assentamento 17 de Abril (ATRA-17), que na estrutura administrativa conta um representante legal, além dos demais participantes do assentamento. A referida associação, atualmente encontra-se com pouca participação, pois quase não têm reuniões, encontros coletivos ou quaisquer outras atividades. Assim, de forma esporádica, são realizados encontros, para discussão de determinados temas de interesse de todos os assentados.

Porém, se constatou precocemente, o despontar dos primeiros conflitos internos entre os assentados, os quais ainda perduram até os dias atuais (2023), com reflexos históricos no incremento das soluções dos problemas no âmbito do Assentamento. Por outro lado, foi marcante no período entre 2016 e 2023, o envolvimento do Assentamento 17 de Abril, participando de forma colaborativa para o nascimento do Assentamento vizinho, o 08 de Março, que tem seu nome em decorrência da data inicial das articulações.

Apiaim e Silva (2012) reforçam ainda que no processo de ocupação e subsequente criação do Assentamento 17 de Abril, localizado em Teresina, na estrada na qual vai a Demerval Lobão, contou com apoio do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), sensibilizando as famílias que já viviam na região, parte como empregados dos donos de chácaras, sítios e fazendas e principalmente, por moradores da periferia da Zona Sul de Teresina.

Segundo Andrade (2009), o nome do referido assentamento está atrelado a data 17 de abril de 2004, que segundo a autora, foi, precisamente, o início da organização popular, contando com mais de 500 famílias mobilizadas pelo MST, seguindo para um acampamento na frente da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, em Teresina, em busca de reforma agrária.

A autora, destaca também, que no processo de organização, foram formados grupos, em que uma parte permaneceu frente a Assembleia, enquanto o outro grupo ocupava a BR 316, todos a caminho da Fazenda Junco de propriedade da chamada Empresa Agropecuária Ciro Nogueira. Esses atos intensos e coletivos possibilitaram a constituição e nascimento do Assentamento 17 de Abril.

É relevante destacar que no início da ocupação dos assentamentos, sempre se contava com muitas pessoas participando do movimento, mas com o passar dos dias, meses e até anos, se percebe o desinteresse, havendo esvaziamento, e até mesmo muita desistência.

De acordo com as falas dos assentados, nos primeiros momentos da ocupação do Assentamento 17 de Abril, não havia qualquer infraestrutura física na área, que pudesse ser usada como moradia para os assentados se instalarem. Assim, eles foram se organizando na área em torno da BR-316, em condições das mais adversas, inclusive para descansar ou mesmo dormir, utilizando redes, que embora, muito comum no nordeste brasileiro, porém, eram dispostas a céu aberto, embaixo de árvores, sem contar com energia elétrica, água e suprimento de alimentos.

Com o passar dos anos, foram se modificando a forma de organização, pois desde os movimentos iniciais, segundo Andrade (2009), com a legislação criada no governo de Fernando Henrique Cardoso, a qual proibia a vistoria em áreas ocupadas, fez com que o MST modificasse sua forma de atuação, não mais ocupando a área selecionada em si, porém as ocupações foram ocorrendo às margens de BR, estradas, e mantendo-se distante da área pretendida.

Nesse sentido, a área desapropriada foi de 1.014 hectares, que inicialmente não atendia a totalidade das famílias participantes, mas em decorrência das grandes demoras processuais, muitas famílias foram desistindo, e atualmente permanecem 74 famílias no Assentamento 17 de Abril. Ressalte-se que com relação aos moradores pioneiros, hoje em 2023, há uma permanência dos filhos dos assentados, que inicialmente conquistaram a referida terra no ano de 2004.

Neste contexto, os assentados enfrentaram obstáculos de diversificada natureza, principalmente, os relacionados com carências de água, bem como de acesso e de deslocamento dentro do assentamento. Assim, desde sua origem havia problemas no que diz respeito a comunicação com outras pessoas assentadas, devido à distância da área de ocupação em relação às cidades vizinhas.

Pode-se constatar que se tratou de um processo, particularmente, muito mais sofrido, quando se compara com o Assentamento 08 de Março, visto que não havia nenhuma infraestrutura de apoio e nenhum recurso disponível, associados às grandes distâncias, dificultando a busca de colaboração de outras pessoas e comunidades, que os assentados pudessem contar nas suas rotinas.

“O assentamento[...] quando nós saímos ali da BR, nós armamos as redes aqui no aberto, e aí nós ficávamos no meio do tempo, nós ficamos nesse pé de fruta, aí nós carregando água lá da BR, só nós, para hoje nós ter. Carregando água da BR na cabeça daquele chafariz. Sofremos demais pra trazer a água da BR-316 pra nós ter aqui, aí hoje nós tem. Aí eu fico assim, pensando assim, o tanto que eu lutei, nós lutemos demais pra ganhar isso aqui pra morar e plantar isso aqui, aí depois pra mim dar de mão beijada pra gente ruim, que chega aqui, que chega por último. É duro, é duro demais, viu?” (P6 - Assentamento 17 de Abril)

“Aí depois que nós viemos para cá, aí surgiu o assentamento, tinha muitas pessoas, e a maioria foi embora, e, outras desistiram, aqui o sofrimento maior era a água, porque nós tínhamos que pegar lá na BR, aí depois que foram atrás da luz, era o carro pipa que vinha deixar água aqui para nós, foi quando nós fechamos a BR para vir água para cá, cavaram o poço aí pronto fomos atrás da luz. Com o tempo veio o projeto das casas, e estamos aqui, é para abrir o caminho aqui nós fizemos, mas já tinha uma estrada feita. Isso aqui, já morou gente, né? Aí fizemos uma ajeitadinha, e depois que o trator veio, e tem essas ruas aí” (P9 - Assentamento 17 de Abril)

Para Andrade (2009) e Apiam e Silva (2012), o Assentamento 17 de Abril, conforme se observa no sistema de atividade inicial (Figura 05), basicamente, se originou em 2004, em que foi se estabelecendo, inicialmente, com a construção de barracos de lona na margem da BR-316. As pessoas foram tomando conhecimento da ocupação pelo contato entre os grupos interessados, e aos poucos foram se incorporando e organizando o movimento pela posse da terra.

Neste sentido, na BR-316, foi montado um acampamento que perdurou pelo tempo aproximado entre um ano e um ano e meio, com pessoas de diferentes lugares. De acordo com participantes, no início da ocupação dos assentamentos, o processo era desencadeado por meio de notícias informais, que se espalhavam pela região, provocando

aglomeração de grande número de pessoas com a perspectiva de lutarem pela posse da terra para desenvolverem suas atividades.

“Rapaz foi normal... Antes de nós vir para cá, nós morávamos em Teresina, é aí surgiu o assentamento e nós viemos pra cá, e estamos aqui até hoje, aqui surgiu na BR-316, aí nós acampamos lá me parece que foi um ano, há um ano e meio” (P9 - Assentamento 17 de Abril)

Andrade (2009) reforça os aspectos da luta deste assentamento junto ao INCRA (comunidade), responsável legal para pela organização do acesso à propriedade de terra, atuando na implantação dos assentamentos rurais. Neste sentido, para que a fazenda privada Junco, localizada na zona Sul, área rural de Teresina, que originou o Assentamento 17 de Abril, fosse desapropriada, segundo os participantes do movimento, a terra teria que ser declarada improdutiva.

O autor afirma, ainda, que a origem do Assentamento 17 de Abril, tem como início, o processo, no qual o MST, após realizar o levantamento da situação da fazenda Junco, exatamente quando muitas pessoas já ocupavam a BR 316, por meio do ofício nº 40, solicitou ao INCRA uma vistoria da referida área, para assim haver a possibilidade de mudança dos acampados para a área da fazenda Junco, considerada, segundo o MST e o INCRA na época, a mais próxima e declarada improdutiva. Assim, caso fosse declarada improdutiva, haveria a remoção de todas as pessoas da BR para a terra até então fazenda Junco.

O assentamento foi originado pelo sistema tradicional, denominado Projeto de Assentamentos, caracterizado por meio de obtenção de terras pelo INCRA, autarquia federal que tem a missão principal de executar na prática a reforma agrária, sua organização, e ordenamento fundiário brasileiro. No contexto das atribuições do INCRA, destacam-se o desenvolvimento de ações e de programas de atuação nos seguintes segmentos: assistência técnica e extensão rural; governança fundiária e gerenciamento do cadastro rural; consolidação de assentamentos rurais; promoção da educação do campo; regularização fundiária; aquisição de terras; administração da unidade; reconhecimento e indenização de territórios quilombolas; monitoramento de conflitos agrários e pacíficos no campo (INCRA, 2023).

Assim, o INCRA define, ainda que um assentamento deve ser constituído de agricultores que recebem o lote de terra, em que firmam o compromisso de residir no local, sendo livre a exploração de sua área, utilizando muitas das vezes, apenas a mão de obra familiar. As famílias devem contar com crédito bancário, assistência técnica, e outros

benefícios ou auxílio para que haja o desenvolvimento familiar dos assentados. Nesse sentido, os assentados optaram pelo desenvolvimento do trabalho centrado na agroecologia, seguindo o viés da agricultura familiar, na produção de pequenas cultivares.

Ressalte-se que os ocupantes eram constituídos, principalmente, por trabalhadores desempregados da periferia, área urbana de Teresina, com predominância de pessoas dos bairros, favelas e vilas da Zona Sul da cidade de Teresina (Andrade, 2009, p. 19), os quais eram em grande parte funcionários públicos, desempenhando cargos de vigilante, secretária e merendeira da escola local, cargos que têm assegurado renda aos assentados (Apiaim; Silva, 2012).

No tocante à desapropriação, Santos (2020, p.790) ressalta que foi efetivada uma representação junto ao Poder Público, tendo como base o princípio da “supremacia do interesse público”, em retirar o bem imóvel de terceiros, no caso a propriedade improdutiva, levando em consideração o descumprimento da função social da referida propriedade, para atender e contemplar aos anseios da sociedade.

Assim, legalmente, entende-se a desapropriação, como um procedimento administrativo, regido em lei, em que o Estado, fundamentado no interesse público, tanto pela utilidade como pela necessidade pública ou até mesmo considerando o interesse social, buscou a solução pela incorporação do patrimônio, no caso específico, a terra, sendo pensado pelo viés do pagamento de juros indenizatórios.

Na análise do Sistema de Atividade Inicial, em 2004, conforme Figura 05, constatou-se que a organização para a ocupação teve como objeto, a conquista da terra, caracterizado como algo que foi exitoso e conquistado. Os instrumentos iniciais que fizeram parte da conquista da terra partiram de cada indivíduo, como: enxada, pá, facão, foice, cavador, faca, machado, bicicleta, carro de mão, carro pipa dentre outros, que por meio do coletivo possibilitaram o desenvolvimento de ações com a perspectiva da conquista da terra.

O sistema de atividade inicial, também, apresenta os regramentos internos estabelecidos pelo consenso entre os assentados, desde o início da ocupação, centrados na perspectiva de tentar ou realmente organizar o assentamento, de modo a possibilitar, melhor interrelação pessoal e consequente convivência entre os assentados, nas rotinas, especialmente, envolvendo as áreas em comum.

Por meio das entrevistas, algumas das regras iniciais estabelecidas foram cumpridas e contribuíram para o resultado do sistema de atividade inicial, que foi a conquista da terra de forma exitosa.

Com relação à divisão da terra, foi acordado que os terrenos fossem divididos para todos de forma igualitária, com metragem de 30 m x 100 m, lembrando que para regulamentar, na época, os assentados precisaram desembolsar, como cota para ratear os custos, o valor de R\$ 800,00 (oitocentos reais), para contratar uma empresa para fazer a divisão da terra, visto que este procedimento, envolvendo os órgãos oficiais, demandaria longos anos de espera.

Ainda, no tocante às regras iniciais, foi citado que os coordenadores de cada grupo de famílias seriam constituídos de um homem e uma mulher, que intermediavam a comunicação entre todos daquele referido grupo. A criação de um cinturão verde, caracterizado por um local para que todos pudessem produzir, que representa um dos objetivos do INCRA no processo de reforma agrária, constituiu-se em outra regra importante, relacionada com a organização do trabalho e o uso da terra.

Ainda, na forma de organizar a divisão de trabalho no Assentamento, as famílias após a sua chegada deveriam fazer a abertura de ruas, limpeza e a construção do seu barraco. Assim, cada família deveria limpar o seu lote, e que todos deveriam dividir em quatro ruas, oito grupos, bem como participar da construção de um barracão para o coletivo. As regras sempre eram direcionadas a todos, e que no momento de se iniciar a construção do barraco familiar, em princípio, deveriam todos acampar perto um dos outros, fortalecendo-se assim a segurança do grupo como um todo.

Foi estabelecido dentro do assentamento, que os homens ficavam responsáveis pela construção de barracos e destocar a área e construí-los, enquanto as mulheres se responsabilizariam com a limpeza e abertura de ruas com as foices. Desta forma, no início, foi mantido o compromisso, em que os homens cortaram as madeiras necessárias, enquanto mulheres abriram as ruas.

Também, houve mutirões de limpeza para cada rua que constituía o assentamento, visando sempre a organização e melhor locomoção daqueles que estavam acampados. Entretanto, essa ação coletiva de limpeza não existe mais no assentamento, ficando apenas a memória de um passado histórico.

Por fim, o sistema de atividade inicial mostrou que como regra era plausível que todos participassem das reivindicações realizadas na BR-316. Algumas dessas ações consideradas como regras permaneceram ao longo dos anos e outras foram se modificando ou até mesmo sendo ignoradas, caindo no esquecimento.

Foi, também, definido como regra para a produção agrícola, que os assentados não deveriam usar agrotóxicos, considerando a ideia de produção orgânica, que vem

predominando em muitos assentamentos. Também, caso as famílias tivessem interesse em produzir, não deveriam utilizar de fogo, no manuseio das áreas para o plantio das culturas agrícolas.

Ao longo dos anos, tem se constatado que os assentados, também, têm colaborado com o surgimento de outros assentamentos nas proximidades, como caso já relatado do Assentamento 08 de Março, criado em condições semelhantes às do 17 de Abril.

Com relação aos elementos que podem ter contribuído para a posse da terra e melhoria da infraestrutura conquistada pelo assentamento e demais elementos da comunidade, observamos que ao longo dos anos, diversas instituições e comunidades circunvizinhas (Figura 05) tiveram participação de formas diferenciadas em função das suas atribuições legais, conforme se observa na manifestação de assentados.

“Pelo MST, foi na periferia de Teresina, na grande região fazendo levantamento das famílias daquelas que era oriundo da zona rural, né? Que trabalhava como posseiro, que trabalhar aí como caseiro, nas fazendas, outras tinha sido expulso das fazendas e com isso foi identificando as famílias, né? E aí criou-se a coordenação, foi feito um levantamento na área, identificado o dono da terra, né? O INCRA regulamentou, né? Mas não deu assistência não, assim de material, aqui ninguém deu nada não. Mas o INCRA regulamentou aqui a terra”.

“Nós temos aí é pra ter dez famílias sendo acompanhada por um programa do SENAR. É, mas é um programa mais de gestão também é assistência técnica, mas é para gestão da propriedade”. A EMBRAPA “foi responsável por aplicar o programa que tem da EMBRAPA, que se chama SISTEMINHA, que é um programa desenvolvido pro sustento da família, para a segurança alimentar, né?” A SEDUC “fez parte da organização e construção da Escola Lucas Meireles dentro do Assentamento 17 de Abril, ofertando o Ensino Médio. O projeto de construção das casas rurais segue um padrão igual para todas as 80 famílias que permaneceram (P11 – Assentamento 17 de Abril).

Ainda, sobre o apoio que os assentados tiveram das instituições públicas do estado Piauí, são relevantes as manifestações que retratam a percepção que eles relatam desde a ocupação até os dias atuais. “O INCRA “aí a gente aderiu a criação de aves, só que nós perdemos nossa produção, por que nós não tínhamos água, e aí a gente foi resistindo, resistindo começou os cursos que era pelo movimento”. O DNIT “eles entregaram a emissão de posse, né?” (P1 – Assentamento 17 de Abril).

Ainda sobre a regulamentação da terra foi destacado que o IBAMA “participou na regulamentação da terra, e formou pessoas para combater incêndio, fez as brigadas, como combater o fogo” (P5 – Assentamento 17 de Abril), enquanto a SDR “foi quem fez aí depois o nosso primeiro projeto, em primeiro lugar começou o cinturão verde” (P4 –

Assentamento 17 de Abril). Já, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), destinado a dar apoio financeiro às atividades agropecuárias com perspectiva de emprego direto da força de trabalho do produtor e de sua família, também participou do processo de estruturação do 17 de Abril “em reunião já ofereceu um apoio, tem uns que consegue fazer, mas aqui com o problema da água, fica difícil, perde muito” (P3 – Assentamento 17 de Abril).

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), com a visão de promover a educação dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, em favor da erradicação do analfabetismo e garantia do direito à educação “ofertou curso, que foi o magistério, e o agropecuária, em que sai pessoas daqui pra ir fazer a formação, volta e aplica aqui as técnicas, e repassa as outras pessoas do assentamento” (P7 - Assentamento 17 de Abril).

As ações no campo social foram amparadas pelo CRAS, que “fez o cadastro no bolsa família, nas assistências sociais, acompanha as crianças, né, na escola” (P9 – Assentamento 17 de Abril), enquanto a Caritas: “fez doações de alimentos no início, quando estávamos acampados na BR” (P10 – Assentamento 17 de Abril). Neste contexto, a Comunidade Chapadinha, localizada no entorno, disponibilizou o Postinho de Saúde, o único posto de saúde mais próximo do Assentamento, bem como a Escola Municipal Manoel Nogueira Lima da BR 316, que ainda, continua ofertando turmas e assistência a receber os estudantes do Assentamento 17 de Abril. Destaca-se, também, a realização de cursos pela Universidade Federal do Piauí, em diversas áreas, especialmente, educacional e agrícola.

No tocante a infraestrutura, foi ressaltado o apoio da empresa de energia elétrica da época que fez a ligação de energia no assentamento, como ressalta o assentado P7. Já, a Prefeitura de Teresina, o mesmo assentado relata (P7 - Assentamento 17 de Abril) que “tivemos aqui uma emenda de um caminhão, que veio de outra associação e temos um triciclo do projeto das mulheres pela prefeitura, que vem para cá todos os anos, que é pela prefeitura. A prefeitura forneceu auxílio inicial com carro pipa, abastecendo água aos assentados do 17 de Abril”.

É relevante citar que muitos desses parceiros, comunidades fizeram parte do assentamento, contribuindo com o que foi necessário, porém, atualmente não se encontra com o mesmo tipo de participação do passado, como consta no sistema de atividade inicial (Figura 05). As comunidades são para Engeström (1987; 2016), todos os indivíduos ou coletivos, que interferem no objeto da atividade em questão. Aqui, destacamos que as

comunidades visavam colaborar ao máximo para que os assentados conquistassem a referida terra.

A real compreensão das ações individuais de cada assentado no início do processo das lutas fica evidenciada nas percepções individuais, que juntas possibilitaram a conquista da terra, constituindo, no início o mesmo objeto. Com este propósito, o coletivo fortaleceu a conquista da terra, por meio da relação dialética entre sujeitos, objeto, instrumentos, comunidade, divisão do trabalho e regras daquele momento.

Deste modo, foram incorporados aspectos ambientais, desde a fundação do assentamento, com regras que estabeleciam, que todos deviam cuidar do espaço físico, realizando a limpeza e preservação de áreas florestais, mantendo o equilíbrio, no momento de consolidação de abertura de ruas, construção de praça e outros.

Percebemos que o assentamento desde o seu início, vivenciou grandes desafios, que resultaram em sucesso no quesito conquista/posse da terra, como mostra o sistema de atividade inicial (Figura 05), e ao longo dos anos, sofreram alterações significativas, em que esse objeto foi mudando com o tempo até os dias atuais (Figura 06).

Nesse sentido, com a conquista da terra, os assentados passaram a se organizar sobre como fazer o uso da terra, em que implicava no tipo de produção e comercialização dos produtos agrícolas, ocorrendo dessa forma ampliação do objeto.

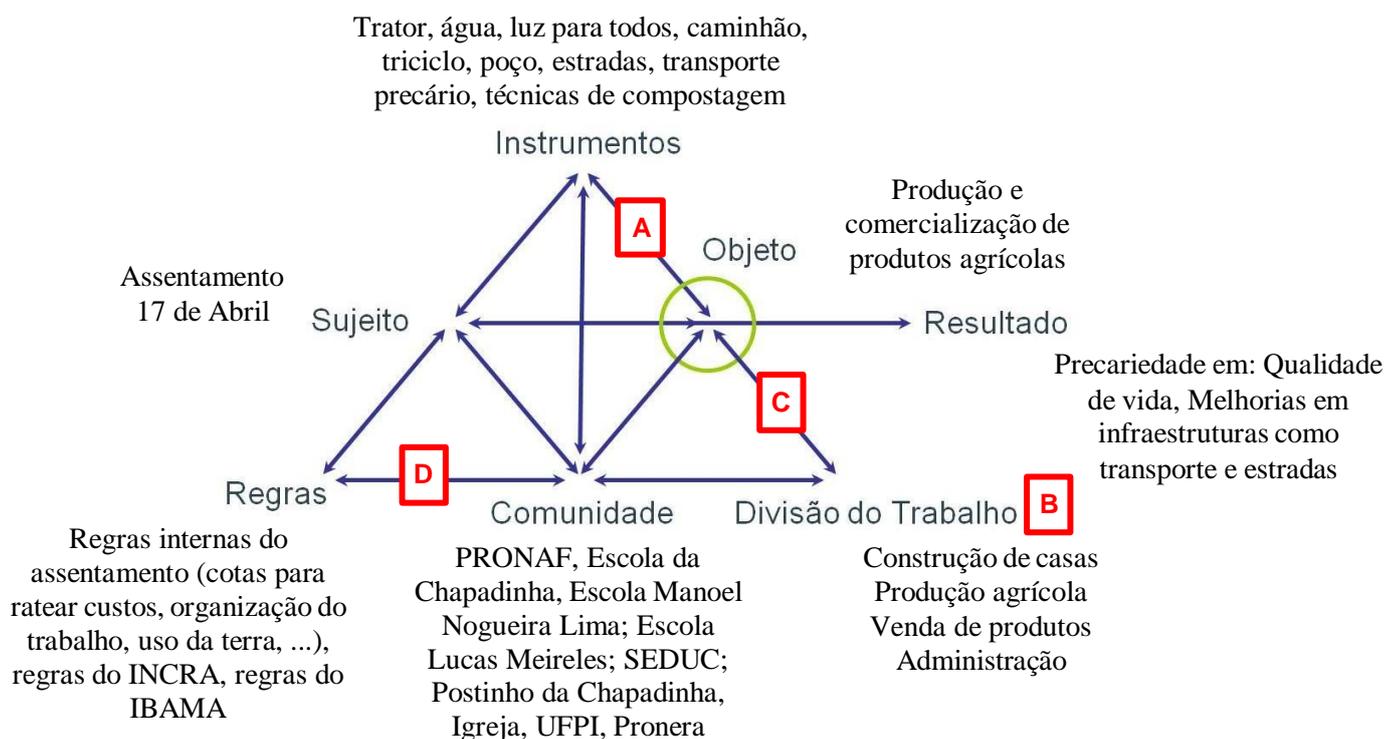
Constatou-se que a produção agrícola era escoada sob a responsabilidade de cada assentado, que realizava a venda esporádica de alguns produtos, sem haver qualquer organização para a realização do escoamento, da produção. Assim, de forma individual, muitos assentados participam de feiras livres, levando alguns dos seus produtos para serem comercializados, em que todo processo é realizado individualmente, com recursos próprios.

No sistema de atividade atual (Figura 06), a carência de água tratada foi relatada como problema, que foi surgindo ou se agravando ao longo dos anos. Assim, partindo para o sistema de atividade atual do ano de 2023, observa-se que o objeto inicial, conquista da terra, foi alcançado com êxito. Porém, a atividade atual tem enfrentado diversos problemas, que se evidenciam em manifestações de contradições entre os elementos do SA e o objeto, que passou para produção e comercialização de produtos agrícolas, sendo ressaltada muita dificuldade na implementação das atividades pelos assentados.

Neste sentido, o sistema de atividade atual mostrou que com a mudança de objeto, houve mudança, também, nos interesses individuais e coletivos, evidenciando que poucas

peças estão em atividade agrícola, e que apenas algumas famílias produzem no quintal. Por outro lado, o assentamento apresenta relação intrínseca com o meio ambiente, e contribui com o cuidado local, pois apresenta ainda uma característica de ruralidade, na qual também contribui com as perspectivas dos ODS.

**Figura 06:** Sistema de Atividade atual (2023) do Assentamento 17 de Abril



**Legenda:** Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Secretaria de Estado de Educação (SEDUC); Universidade Federal do Piauí (UFPI), Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA); Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); A = Contradição instrumentos versus objeto; B = Contradição entre elementos da divisão do trabalho; C = Contradição objeto versus divisão do trabalho; D = Contradição regras versus divisão de trabalho.

No geral, foram ressaltadas pelos assentados no sistema atual, problemas de infraestruturas como transporte e estradas, água de qualidade, escolas, dentre outros itens, que interferem negativamente na qualidade de vida dos assentados, se contrapondo ao preconizado pela Organização da Nações Unidas (ONU), em relação aos objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS), especialmente, no tocante a erradicação da pobreza (Objetivo 1), boa saúde e bem-estar (Objetivo 3), educação de qualidade (Objetivo 4), água potável e saneamento (Objetivo 6), energia acessível e limpa (Objetivo 7).

Nos resultados, também ficou evidenciado que ações focadas na melhoria de infraestrutura, visando geração de renda e dignidade para as famílias assentadas,

conforme preconiza o Objetivo 8 dos ODS (trabalho e crescimento econômico), estão sendo, minimamente, articuladas.

Com relação aos instrumentos necessários para dar conta da complexidade do objeto atual, os assentados destacaram a carência de trator, água tratada, poço, energia para todos, transporte e outros, bem como instrumentos que estão presentes, mas que não são usados, seja por carência de manutenção ou necessidade de pessoas capacitadas para manuseio, como: caminhão, triciclo, técnico agrícola, pesquisadores participantes (Figura 06-A). Desta forma, evidencia-se uma contradição entre os instrumentos versus o objeto de produção e comercialização agrícola. Neste sentido, existe a alternativa de intensificar as ações junto às instituições de ensino e pesquisa, que fizeram parte do sistema de Atividade Inicial (Figura 05).

Ressalte-se que no início do Assentamento, em 2004, havia cobrança de uma taxa para produtos vendidos oriundo do cinturão verde, porém, atualmente não tem mais essa cobrança, pois a quantidade de pessoas que participa do cinturão verde é mínima, sendo seis famílias ou até menos, assim a produção no local tornou-se incipiente.

A regra mais atual incorporada do ano de 2023 diz respeito ao armazenamento de água no período chuvoso, para ser utilizado no período de seca, em que cada assentado em sua residência deve armazenar água para a utilização no período de seca, seja para consumo próprio, seja para as poucas plantações agrícolas no fundo do quintal.

No decorrer das entrevistas, foi relatado, que todos deveriam colaborar na manutenção dos recursos materiais, que estão presentes no assentamento, como por exemplo, para executar as atividades com o uso do caminhão e do triciclo, para auxiliar no transporte dos insumos e da produção agrícola, todos devem contribuir com recursos financeiros para custear o funcionamento dos equipamentos. Assim, aqueles que desejam fazer uso desses recursos devem colaborar na manutenção, arcando assim com gasolina e outros custos que forem surgindo.

Diante das modificações observadas, neste sistema de atividade atual (2023), observa-se que muitos aspectos ainda permanecem, enquanto outros foram acrescentados. Assim, uma das regras que permaneceu foi a proibição de utilizar agrotóxico e o manejo da terra com o uso do fogo, melhorando assim as relações e manuseio com a terra.

Ao longo dos quase vinte anos, muitas alterações foram sendo observadas, especialmente, melhorias na infraestrutura, porém por outro lado, se constata que outros aspectos foram se estagnando no tempo, como por exemplo, foi se perdendo o hábito de se consultar aos demais assentados para a tomada de decisão, visto que não há mais

reuniões corriqueiras, não há mais tanta participação como no início, em 2004, em que todos visavam um objeto em comum, como a conquista da terra.

Neste cenário, foram surgindo novas exigências após a conquista da terra, que levaram ao desenvolvimento e transformação do objeto, que passou a ser o uso da terra, por meio da produção e comercialização de produtos agrícolas. No SA atual, os assentados buscam melhorias de estradas, transporte de qualidade, melhorias no fornecimento de água de qualidade para o consumo e energia, bem como de uma escola infantil, já que o referido assentamento tem uma escola apenas destinada ao ensino médio. Conforme citado anteriormente, esses aspectos perduram desde a origem do assentamento.

Nesse sentido e diante das falas dos entrevistados, pode-se observar que o objeto atual (2023) apresenta manifestação de contradições, sendo considerada conflitante entre o sistema de atividade inicial de (2004) e o sistema atual (2023), caracterizando contradição terciária entre o sistema de atividade novo e o velho. Isso significa dizer que o objeto teve alterações para alguns assentados, desde a posse da terra até os dias atuais, e dessa forma, o objeto se encontra permeado de dificuldades. Portanto entende-se que nem todos os assentados vivenciam a existência do sistema de atividade atual (2023), permanecendo estagnados no sistema antigo (2004). Em outras palavras, para alguns assentados o objeto continua sendo a posse da terra, e não a produção e comercialização da produção agrícola, gerando conflitos no assentamento.

Assim, talvez se trate de uma contradição, considerando que o objeto inicial, “posse da terra” foi coletivo e exitoso, enquanto para o atual, é possível que após a conquista e posse da terra, alguns assentados estejam ainda conectados no processo do objeto passado (2004) e dessa forma, parte dos assentados não vislumbra a possibilidade de fazer uso dessa terra na agricultura, enquanto outros consideram o uso dessa terra com a produção agrícola como objeto atual.

Os aspectos mais percebidos nas entrevistas estão relacionados às dificuldades e carências existentes, despontando um possível objeto com contradições muito presentes, indicando que o objeto atual seja a conquista de recursos essenciais do cotidiano, como solucionar os problemas básicos, contemplando, água de qualidade, transporte público, e estrada.

Além disso, quando indagados sobre a origem das pessoas e do assentamento, bem como da construção do assentamento, observamos aspectos que perpassam desde antes de serem assentados até a pós-ocupação. Assim, atualmente (2023), os entrevistados

destacaram em suas falas a preocupação com o envolvimento dos assentados nas questões relacionadas ao uso da terra do assentamento, em que se verifica uma contradição primária manifestada na falta de coordenação entre os elementos da divisão de trabalho (Figura 06-B):

“Aqui a maioria quer trabalhar, né? Mas tem outros que só querem morar” (P9 – Assentamento 17 de Abril).

“Aqui como já está dividido, cada um já tem seu terreno, seu documento, cada um faz o seu, mas aqui ninguém quer plantar não minha filha, aqui eu planto, tenho umas coisas lá no quintal, como você viu, aí coloco ali na banquinha, e vendo tudo já que ninguém quer plantar aqui, a organização aqui é de cada um, os que quer plantar faz alguma coisa, e quem não quer não faz” (P4 – Assentamento 17 de Abril).

Acredita-se que a falta de coordenação na divisão do trabalho observada nas entrevistas pode estar vinculada às divergências de opiniões, em que as pessoas assentadas desde a luta pela conquista da terra já demonstravam características de desarmonia, desarticulação, mesmo diante de um objeto inicial. Também, ao longo dos anos, os assentados não conseguem ter a sua renda atrelada somente à produção agrícola, porém, realizam atividades laborais fora do assentamento, na forma de prestação de serviço ou mesmo com vínculo de trabalho nas cidades vizinhas, como Teresina e Demerval Lobão.

Esses aspectos estão presentes em quase todas as famílias entrevistadas, sendo constatado que muitos estão apenas residindo no local do referido assentamento, em que a renda é obtida pelo trabalho realizado nas cidades mais próximas.

É cada vez mais frequente, o aumento de pessoas que antes eram residentes em área urbana e que passaram a viver/residir em área rural, passando, também, a viajar diariamente para seu trabalho em área urbana, num processo chamado de “*commuting*” (Balsadi, 2000).

Segundo, ainda o autor, observa-se que essas pessoas passaram a fazer este trajeto diariamente, pelos mais diferentes motivos, envolvendo custo de vida, estudar, aspectos de segurança, estilo de vida, bem como aspectos direcionados para renda familiar, como trabalho em empresas, prestação de serviços em geral e mão de obra em indústrias.

Para Schindegger e Krajasits (1999), o aumento da mobilidade das pessoas entre urbano-rural ou rural-urbano é uma mobilidade que apresenta suas particularidades, com aspectos que representam os movimentos migratórios, com mudança de residência. É

importante ressaltar que este processo se encontra presente nos assentamentos instalados próximos dos centros urbanos em diferentes regiões do Brasil.

O contexto em que se dá os processos de ocupação dos assentamentos, segundo Fernandes (2001) se materializa por configurações, em que inicialmente, a ocupação da terra é um processo de criação que parte dos trabalhadores sem-terra caminha para a sua própria ressocialização, se caracterizando como um processo socioespacial e político, em que os acampamentos são de diversos tipos:

permanente ou determinado a um grupo de família. As formas de pressão são distintas, de acordo com a conjuntura política, bem como as negociações. Essas práticas são resultantes dos conhecimentos de experiências, das trocas e da reflexão sobre elas, bem como das conjunturas políticas e das situações em que se encontram as frações dos territórios a serem ocupadas, em diferentes regiões brasileiras (FERNANDES, 2001p. 3)

Assim, o autor completa afirmando que os acampamentos são também materializados por meio de elementos, que seguem o contexto teórico, metodológico e de vivência de determinados grupos, que originam um acampamento, contemplando a luta pela terra, para fixar-se em um assentamento. Sendo assim, ressalta o “trabalho de base”, que é realizado pelas chamadas Comunidades Eclesiais de Base (CEB’s), constituídas pelos sindicatos de trabalhadores rurais.

Os trabalhos de base, ainda, segundo Fernandes (2001) podem ser resultados da espacialização e/ou da espacialidade da luta no contexto pela terra, surgindo da necessidade, significando que nem sempre os acampados se transformarão em assentamentos agrícolas produtivos ou não, pois dependerá da necessidade local, e das pessoas participantes do movimento. Assim, a espacialização é um processo em que o autor chama do movimento concreto da ação em sua reprodução real no espaço e no território, como exemplo famílias, pessoas que migram de uma ocupação de um estado para outro, por exemplo.

Dessa forma, diante de tais problemas, a divisão do trabalho do Assentamento encontra-se desorganizada, submetida a constantes conflitos internos, tendo como consequência o enfraquecimento do movimento e de políticas públicas para que haja melhorias e aquisição de recursos básicos, bem como da possibilidade de implantação de uma possível produção agrícola, evidenciando-se em uma contradição entre o objeto e a divisão do trabalho (Figura 06-C).

“As dificuldades que eu acho que nós temos aqui é isso desde o início, mas agora está pior é a questão da desunião, a questão da

individualidade que as pessoas têm e que a gente precisa de ser mais unido e pensar mais no coletivo e não no coletivo dizer assim que só faz se for todo mundo junto, mas um coletivo que fique todo mundo junto, que a gente busque as coisas pra todos, né? Mesmo que seja cada um mesmo que individualmente, cada um fazendo sua parte e outro fazendo outras, ne?” (P11 - Assentamento 17 de Abril).

Foi relatado pelos entrevistados que após o incêndio que ocorreu em 2004, foram criados conflitos internos, que ainda hoje, são nítidos no assentamento e vêm perpassando ao longo dos anos. Acredita-se que sua origem seja desde a fundação, porém, essas relações de desunião foram, infelizmente, ganhando força com o tempo.

Por meio das entrevistas, percebe-se que uma das questões preocupante diz respeito ao descumprimento das regras e da divisão de trabalho (Figura 06-D), produzindo reflexos negativos, especialmente, na exploração do cinturão verde, que é uma área coletiva para que todos os assentados pudessem produzir. Engeström (1987; 2016) relata que a divisão do trabalho é a divisão de tarefas entre os sujeitos.

Neste sentido, esta área, atualmente, está quase que abandonada por completo, pois a construção de um cinturão verde é para todos, mas que muitos não fazem o uso desta área, permanecendo assim apenas seis ou até mesmo menor número de famílias.

“Nosso primeiro projeto, em primeiro lugar começou o cinturão verde. Mas o cinturão verde foi pra todo mundo. Era pra ser. Mas ficou pra ser pra trinta e seis pessoas, sabe quantas pessoas tem? Seis. E lá pro governo era as trinta e seis pessoas que trabalhava, hoje eu nem sei mais quem está trabalhando, tem o [X], mas já ouvi falar que ele não está trabalhando lá, tem outras pessoas, ne?” (P4 - Assentamento 17 de Abril).

No decorrer das entrevistas, ficou claro que a cobrança de uma taxa para os produtos comercializados produzidos no cinturão verde, além de outra taxa atrelada ao uso do lote no próprio cinturão verde, constituíram um aspecto que desagradava os assentados, tendo como provável consequência o desestímulo de grande parte dos assentados a iniciar uma produção nesse espaço.

Dentre as atividades produtivas no assentamento, as famílias que tiveram interesse pela produção agropecuária continuam trabalhando, principalmente, com roça de milho, feijão e mandioca, criação de galinhas e produção de frutas, geralmente, produzindo no fundo do quintal, como base da agricultura familiar. Este tipo de exploração, também, foi relatado por Mello (2007), destacando que existe uma estrutura base de produção em assentamentos, contemplando culturas como a do milho, feijão, arroz, além de criações

como suínos, pequenos animais, aves, especialmente, galinhas, voltadas para a produção de ovo, dentre outras.

De acordo com o autor, os agricultores produzem alimentos de forma simples como qualquer agricultor familiar, superando as dificuldades presentes no cotidiano, decorrentes das condições climáticas, comercialização, dentre outras, usando tecnologias apropriadas e manejo adequado das culturas vegetais e animais. Constituem sistemas agroecológicos (Mello, 2007).

É relevante ressaltar que parte dessas dificuldades podem ter sua origem inicial por meio de falha ou má organização na implantação dos processos de reforma agrária, que são heterogêneos e dinâmicos, em que cada área rural é caracterizada de uma forma singular.

Segundo Andrade (2009), existe a preocupação, por parte de quem trabalha com a produção agrícola de se utilizar de técnicas que não comprometam o sistema ambiental e sejam socialmente justas e economicamente viáveis. As famílias assentadas que produzem, ainda são poucas, mas apresentam comprometimento com a sustentabilidade. Esses aspectos também foram observados no momento das entrevistas, em que muitos assentados nos convidam para ir ao fundo do quintal visualizar suas produções, e explicam como eles compreendem e trabalham com o sistema ambiental de forma sustentável.

Diante das colocações do sistema de atividade inicial (Figura 05), percebe-se diversas modificações, quando se compara com o sistema de atividade atual do assentamento (Figura 06). Os assentados reconhecem que as melhorias deveriam ser contínuas, pois não basta criar assentamento e assentar as pessoas, mas é necessário dar as possibilidades, como água e energia, por exemplo, dentre outros itens de infraestrutura.

Diante das falas dos entrevistados até então, não havia nenhum estudo acerca da qualidade da água consumida por esses assentados. No entanto, foram relatadas situações, como doenças, como diarreias dentre outras, que acreditam serem ocasionadas pela água não tratada.

No que diz respeito às comunidades externas e suas participações, podemos citar que algumas instituições têm contribuído de forma parcial, quando solicitadas ou de forma esporádica, como: Postinho da Chapadinha, escola, SEDUC, igreja, Universidade Federal do Piauí, Pronera, escola Manoel Nogueira Lima da Chapadinha, que fica na BR, bem como a escola Lucas Meireles do Assentamento 17 de Abril, que tem participação intensa, pois é a escola que fica dentro do assentamento, sendo utilizada como espaço

para reuniões, treinamentos, e em especial, como local de maior aproximação e integração entre os assentados, visto que os moradores são considerados individualistas, havendo, inclusive, conflito de interesse e desunião dentro do grupo, fator que tem dificultado consolidar interesses coletivos.

Diante disso, as participações das instituições foram sendo mínimas ao longo dos últimos anos, e como mostra o sistema de atividade atual, vem ocorrendo até afastamento de elementos da comunidade com o objeto. Por meio do sistema de atividade atual (Figura 06), constatamos que alguns aspectos relacionados à divisão do trabalho, também, foram se deteriorando, pois no início do assentamento, mesmo de forma precária, algumas famílias arriscavam-se na plantação e criação de galinha para vender ao único comprador, o que deixou de existir no assentamento.

De acordo com o sistema de atividade atual (2023), muitas alterações foram observadas, mas o principal foi constatar que o objeto foi mudando nesses anos, e que algumas questões foram sanadas, como carência de moradia, no entanto outras questões foram surgindo, como por exemplo, carência de estradas, dificultando o acesso ao assentamento e a comercialização de produtos.

A representação do sistema de atividade (inicial e atual) possibilitou relacionar várias modificações significativas, com alguns avanços, como também retrocessos, até mesmo ações que se tornaram estagnadas em todos esses anos, por exemplo, o uso da água, que apresenta qualidade questionável do ponto de vista sanitário.

Por outro lado, o Assentamento 17 de Abril conquistou um feito relevante, representado pelo início do projeto de quintais produtivos, que simboliza uma ação social, envolvendo parcerias, dentre elas com a Universidade Federal do Piauí, por meio do Colégio Técnico de Teresina, cujos trabalhos e grupos de estudo e pesquisa propiciaram a implantação desses quintais para aqueles que desejam produzir.

A constituição do assentamento vizinho, o 08 de Março, deu nova visibilidade ao Assentamento 17 de Abril, que participou ativamente, e ainda, participa de ações colaborativas, na busca de melhorias dos dois assentamentos, com destaque para projetos de produção agrícola, criação de animais, dentre outros. Os dois assentamentos apresentam uma relação próxima desde o surgimento do Assentamento 08 de Março, sendo importante compreendermos a sua história e desenvolvimento do seu sistema de atividade. Este assentamento tem uma distância de poucos metros do Assentamento 17 de Abril, assim ambos compartilham projetos e atividades, que contribuem com seus avanços e melhorias, no que diz respeito a políticas públicas.

#### **4.2 O Assentamento 08 de Março e sua relação com o Assentamento 17 de Abril**

O Assentamento 08 de Março está situado na localidade Chapadinha, na zona rural de Teresina, Piauí, na divisa entre o município de Demerval Lobão e Teresina.

Foi criado em 2016, a partir de projeto gerenciado pela Prefeitura Municipal de Teresina, vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), cuja missão encontra-se embasada na promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, por meio do fortalecimento da Agricultura Familiar, bem como pelo incremento da produção sustentável do Agronegócio, com foco no aumento da produção agropecuária no Estado do Piauí (SDR, 2023).

Segundo Araújo; Oliveira e Monteiro (2016, p. 65), a prefeitura municipal, baseada no Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), tem o compromisso de apoiar a consolidação desses assentamentos, seja por meio da assistência técnica, suprimento de insumos, pela participação das Secretarias Municipais, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), dentre outros programas sociais. Foi relevante na criação do assentamento a parceria da Prefeitura Municipal de Teresina com o INCRA, que realocou as famílias no local previamente analisado, bem como determinou a liberação dos primeiros créditos às famílias e a realização do PDA.

Durante a pesquisa, foram entrevistados oito participantes do Assentamento 08 de Março, contemplando aspectos semelhantes aos do Assentamento 17 de Abril, com destaque para instalação e permanência dos assentados após a conquista da terra, formas de uso da terra, levando em consideração a história a partir das lutas.

Fundamentando-se na Teoria da Atividade Histórico-Cultural, foram construídos os sistemas de atividade inicial e o atual do Assentamento 08 de Março, em que se estabelece as relações entre o passado, o presente, buscando visualizar o futuro, bem como propor ações de intervenção, objetivando mudanças necessárias e possíveis.

Também, foi construída a linha do tempo do Assentamento 08 de Março (Figura 07), apresentando os principais eventos críticos que fizeram parte da história dos assentados.

Neste contexto, o nome do assentamento encontra-se vinculado à data 08 de março do ano de 2016, quando foi iniciado o processo de nascimento deste assentamento, a partir de conflitos agrários, contando no momento da ocupação com mais de 300 famílias participantes, em que era predominante a participação efetiva de mulheres. Logo após a ocupação, as famílias foram se organizando para o surgimento do Assentamento, enquanto o processo tramitava na Prefeitura, em processo regido pela SDR.

**Figura 07:** Eventos históricos críticos do Assentamento 08 de Março



Segundo informações dos assentados, o Assentamento 08 de Março teve sua origem marcada um dia depois, quando um grupo de 36 pessoas passaram o dia no INCRA e na Prefeitura Municipal de Teresina, buscando informações acerca da movimentação e dos processos para iniciar uma ocupação, em uma articulação intensa iniciada no dia 08 de março de 2016, de forma paralela e informal, entre os acampados no local.

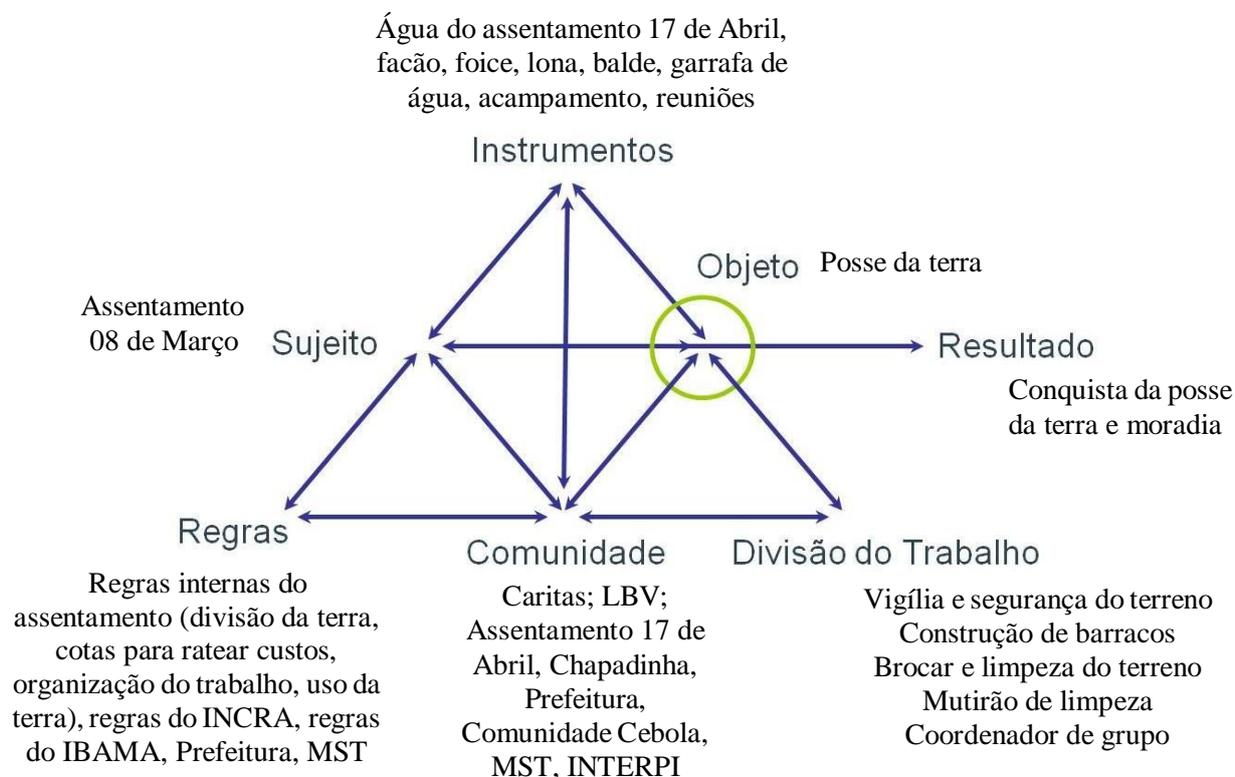
Assim, a data da articulação informal marcou o nome do referido assentamento, como referência ao dia da mulher, em que alguns assentados destacam a participação efetiva de grande número de mulheres na luta pela criação do assentamento.

No tocante à forma de organização dos assentados, foi afirmado que a ocupação inicial (2016) teve como princípio a identificação de terras improdutivas. Em sequência, foram centradas as ações com a organização e a ocupação, bem como a limpeza e a construção de barracos de palha. Com isso, os assentados acreditavam que essa atitude de construção de barracos possibilitava maior chance de conquista da terra, pois mostrava o interesse e necessidade daquelas famílias.

Segundo os relatos, ainda no ano 2016, ocorreu de forma similar ao Assentamento 17 de Abril, um incêndio de origem, também, não esclarecida, que destruiu grande parte dos barracos de palha, com a morte de uma criança. Em sequência, foram, urgentemente, tomadas as providências que contribuíram para o aceleração do processo de conquista da terra, possibilitando a conquista de água e de energia, mesmo que em alguns locais do assentamento esteja ausente recursos básicos, como água e energia. Embora, inicialmente, 300 famílias estivessem participando da ocupação, no entanto, muitas foram desistindo permanecendo 150 registradas, porém, apenas 60 famílias residem diretamente no assentamento.

Ao considerar o sistema de atividade inicial e o objeto inicial no ano de 2016 (Figura 08), percebe-se que o motivo individual e logo depois o objeto coletivo foi a conquista da terra ou posse da terra, que resultou em uma ação exitosa. Os instrumentos relatados e percebidos no início da construção do acampamento foram de grande relevância, como a presença da água do assentamento vizinho, o 17 de Abril, a utilização de facão, foice, lona, balde, garrafa de água, dentre outros instrumentos, que se tornaram os instrumentos básicos para o desenvolvimento das atividades iniciais.

**Figura 08:** Sistema de Atividade inicial (2016) do Assentamento 08 de Março



**Legenda:** Legião da Boa Vontade (LBV); Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), Instituto de Terras do Piauí (INTERPI); Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

Assim, ao analisar o sistema de atividade inicial, constata-se que o acampamento tinha como regra os seguintes itens: a) no início todos assentados pagavam uma taxa pelo uso da água do assentamento vizinho, no caso o Assentamento 17 de Abril; b) as ruas eram organizadas, administrativamente, por um coordenador de grupo, que fazia a intermediação e comunicação de todos pertencentes ao grupo, em que cada um era formado por até doze famílias; c) havia um grupo composto por assentados, em que um deles durante o dia realizava a segurança de todos os demais assentados e outro grupo se

responsabilizava pela noite, e todos aqueles que se direcionavam ao assentamento deveriam se identificar.

Assim, foram sendo estabelecidas as primeiras manifestações de regras e organização da divisão do trabalho do sistema de atividade inicial, pois ao chegar ao acampamento as medidas eram de que todos deveriam construir o seu respectivo barraco e nele permanecer. Também, foi definido que deveriam construir suas casas de palha e que cada grupo de pessoas ficava revezando sobre quem ficaria na vigília de todos os acampados.

No início do acampamento, no ano de 2016, havia uma corrente para controlar a entrada e a saída de pessoas. Também, não podia ter televisão nem demais bens materiais, pois não havia a certeza da conquista da terra. Também, como regra, era definido que existissem grupos organizados para ação contínua da limpeza de todo o local. Na fase inicial, havia um mutirão para realizar determinadas atividades, como limpeza, cuidar do barracão coletivo, que era usado para reuniões, e outros encontros, bem como a limpeza de áreas ainda originais.

Por fim, as pessoas que inicialmente eram denominadas acampados, atualmente em 2023 encontram-se assentadas, no local em que se iniciaram as movimentações que culminaram com o nascimento do assentamento 08 de Março. Muitas modificações são observadas, como mostram os sistemas de atividade inicial, em 2016 e o atual, em 2023 (Figura 09).

No tocante à participação das comunidades externas na construção do assentamento, destacam-se: Caritas, Legião da Boa Vontade (LBV), Escola do Assentamento 17 de Abril, Chapadinha, Comunidade Cebola, INCRA, MST, Instituto das Terras do Piauí (INTERPI), Prefeitura de Teresina. Assim, cada instituição colaborou da melhor forma possível, para garantir a permanência dos assentados, bem como permitir o estabelecimento do assentamento.

De forma semelhante ao Assentamento 17 de Abril, que participou ativamente das lutas pela posse da terra do Assentamento 08 de Março, as instituições atuaram em momentos distintos, como pode ser observado na manifestação dos assentados.

Com relação ao INCRA e a Prefeitura “passamos o dia no INCRA, por isso que aqui a gente chama oito de março, mas que na verdade a gente entrou dia nove de manhã, né? Mas o processo de articulação foi no dia oito. Então é por isso que a gente diz oito de março, viu? Mas que ele começou a gente foi de manhã para o INCRA, no dia oito passamos o dia no INCRA”. O MST “aí passou e veio muita doação e veio muita

coisa de muita gente, aí trazia coisas, da secretaria do MST, outras pessoas trazia coisas, isso era lá pro primeiro barracão, aquele lá na frente”. O INTERPI “fechamos a BR para vir a luz, não, menti foi pro título de posse a gente queria ao menos uma declaração pra gente ter o direito de pedir energia a gente queria o menos uma declaração pra chegar a Equatorial e solicitar a luz pra nós. Aí veio o INTERPI, a Equatorial veio um monte de gente ouvir a gente na BR, aí conversamos, ajudaram, fomos ver a terra, e pedir pra dar a declaração”. Equatorial: “fomos direto solicitando a Equatorial Energia, né? Fechamos a BR, com dezesseis pessoas, peguei umas dezesseis pessoas, aí fomos” (P6 – Assentamento 08 de Março).

Na fase inicial do Assentamento, os assentados contaram com o apoio da Caritas e LBV, em que “A Caritas estava dando uma doação para nós, a LBV também estava dando KITS de higiene, alimentos e outras coisas” (P1 - Assentamento 08 de Março), enquanto a Escola do Assentamento 17 de Abril, a Escola Lucas Meireles e a Escola Manoel Nogueira Lima da comunidade Chapadinha, “tem ajudado, atende os alunos aqui do assentamento. Até que é perto” (P5 e P2 - Assentamento 08 de Março).

Também, foi destacado o importante apoio das comunidades Chapadinha, fornecendo água e conhecimento local, além de assistência por meio do único posto de saúde da região, e da Comunidade Cebola, que colaborou fornecendo mantimentos.

O sistema de atividade mostrou que a divisão do trabalho pode ser observada nas ações, em que um vizinho faz vigia no terreno de outro vizinho, quando ele precisa se deslocar para resolver problemas, em outros locais. Essas foram as relações estabelecidas entre os assentados, e sempre reforçando que cada família que chegar deveria fazer o seu barraco. A orientação de construção das casas de palha, é que uma deveria estar ao lado da outra, como estratégia de facilitar a comunicação. Mais uma vez, observa-se a importância da comunicação e da organização do coletivo.

Ao longo dos anos, foram constatadas algumas modificações na infraestrutura do assentamento, embora alguns aspectos continuem parcialmente iguais, visto que existem locais do assentamento, que ainda não dispõem de água e de energia, fato que demonstra que há características do passado, que ainda estão presentes à espera de solução.

O sistema de atividade inicial mostrou que os assentados tinham como objeto a conquista da terra, a sua posse, enquanto no sistema de atividade atual (Figura 09), o objeto está direcionado para o uso da terra, por meio da produção agrícola. É importante ressaltar que muitos assentados vivem em condições precárias e ainda estão realizando ações para estruturar melhor as condições de moradia, em que muitos assentados, ainda, vivem em casa de palha ou de taipa.

Com o decorrer dos anos, foram se destacando as adversidades no contexto do assentamento e se agravando ao longo do tempo. Podemos observar na linha de tempo (Figura 07) conflitos por carência de água e de energia, entre os anos de 2018 e 2019. Porém, no período 2020 – 2021, a luta pelos problemas de água resultou na perfuração de um poço artesiano para atender parte dos assentados, fruto da gestão interna.

Ressalte-se que continua a necessidade da perfuração de um ou vários poços em diversos locais do assentamento, pois em outras áreas do assentamento, ainda persiste a carência por água. Entre 2022 e 2023, ampliaram-se os conflitos internos, especialmente, na divisão dos lotes de terra, que deveria ser equitativa. Também, nas entrevistas, foram destacados outros problemas internos, especialmente, relacionados com a organização e planejamento dos próprios assentados.

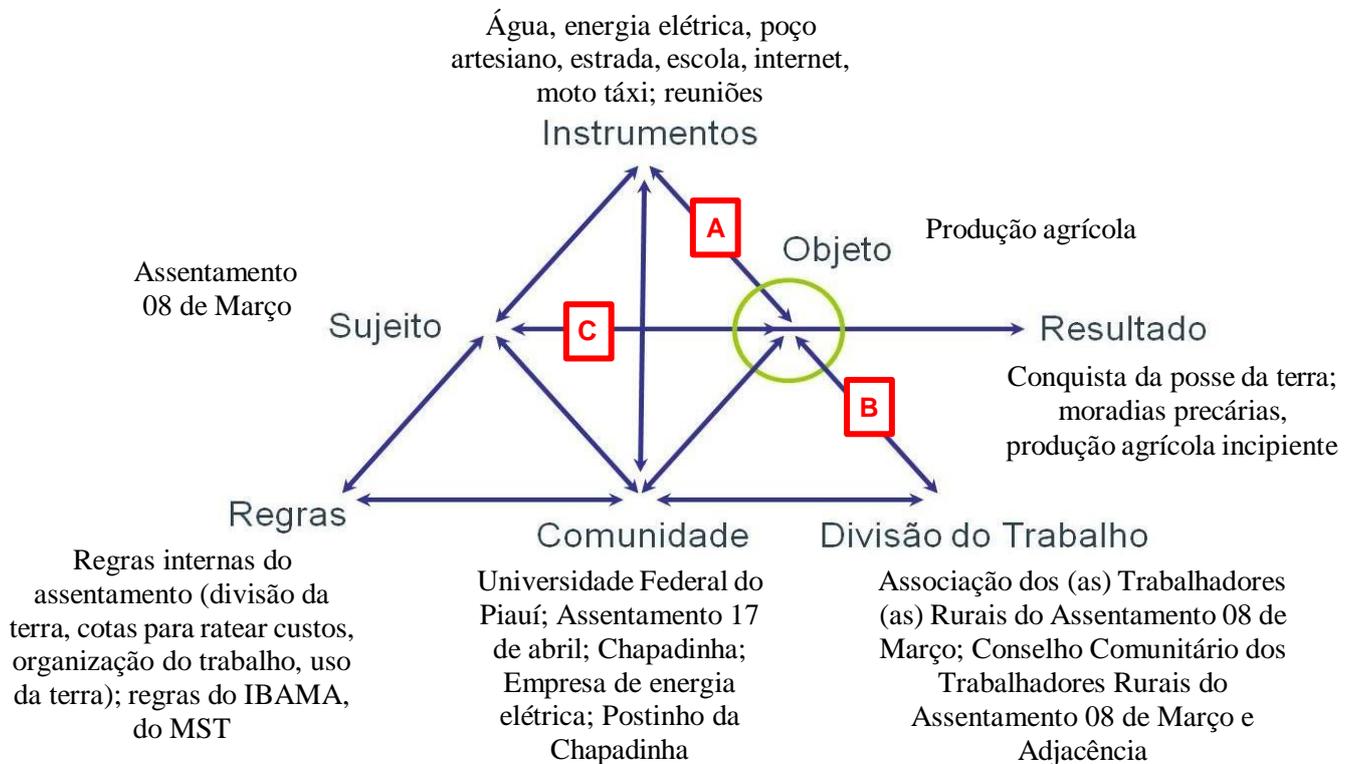
Acredita-se que em decorrência da carência de instrumentos e estruturas básicas, a produção, no caso agrícola, tem se tornado incipiente no assentamento, em contraposição ao que se propõe na reforma agrária para os assentados. Assim, evidencia-se manifestação de contradição entre instrumentos e o objeto (Figura 09-A), a qual contribui para o resultado inesperado de uma produção agrícola incipiente.

Diante da expansão do objeto do sistema de atividade atual, foram surgindo novos instrumentos, essenciais na estruturação do assentamento, como poço artesiano, internet, rede de telefonia, moto táxi, os quais foram agregados com outros já existentes, como energia elétrica, água, escola, especialmente, em locais mais distantes do assentamento, bem como saneamento básico em geral, estradas, visto que o deslocamento dos assentados é feito somente por meio de moto táxi. No início do assentamento 08 de Março, era utilizada água do assentamento 17 de Abril, e no SA atual, já teve expansão dos instrumentos com a perfuração do seu próprio poço artesiano. Mesmo assim, a água continua sendo um problema em ambos os assentamentos tanto para a sobrevivência dos assentados como também para a produção agrícola.

Atualmente, é percebido que houve melhoria na estrutura física, em algumas áreas do assentamento, em que os moradores passaram a ter disponibilidade de água a partir de um único poço, além de energia elétrica. Porém, os demais instrumentos da infraestrutura se encontram disponíveis fora do Assentamento 08 de Março, por exemplo, a escola mais próxima, a Lucas Meireles, destinada ao ensino médio, fica localizada no Assentamento 17 de Abril, enquanto para o ensino fundamental, os estudantes dispõem da Escola Manoel Nogueira Lima, que fica distante dos dois assentamentos, sendo localizada na

BR-316, em que o deslocamento dos estudantes depende de um único ônibus escolar rural, que circula na região.

**Figura 09:** Sistema de Atividade atual (2023) do Assentamento 08 de Março



**Legenda:** Legião da Boa Vontade (LBV); Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST); Instituto de Terras do Piauí (INTERPI); Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); A = Contradição instrumentos versus objeto; B= Contradição objeto versus divisão do trabalho; C = Contradição sujeito versus objeto.

Segundo Oliveira *et al.* (2022), as duas escolas existentes no entorno têm envolvimento com os dois assentamentos, servindo inclusive de ponto de encontro para reuniões coletivas direcionadas para os eventos educativos, formativos, estando disponível para todos os assentados. A escola, também, tem sido utilizada para realização de palestras, atividades socioeducativas de experiência pedagógica, para os estudantes da Educação no Campo.

No que diz respeito à assistência técnica, não há equipe capacitada ou alguma instituição disponível para realizar tal atividade, o que seria elemento importante da comunidade para dar suporte ao Assentamento 08 de Março. Além disso, a comunicação é precária, pois os assentados não têm acesso à rede de telefone, e o acesso à internet, por exemplo, está presente em alguns locais mais próximo do assentamento vizinho, no caso

o 17 de Abril. No entanto, o Assentamento 08 de Março como todo não tem acesso da rede de telefone, o que favorece o isolamento deste assentamento com demais elementos da comunidade e entre os próprios assentados.

Por meio do sistema de atividade atual, observamos que as regras coletivas, devem ser cumpridas por todos os assentados, como por exemplo, quando a bomba do poço queima, todos têm colaborado com uma taxa para o conserto ou para a compra de outra bomba para o único poço existente no assentamento.

Os assentados vivem em suas casas em terrenos divididos, sendo cada um livre, podendo decidir, de forma individual, se produz no seu quintal, com sua própria gestão e organização. Porém, constatou-se escassa produção agrícola, visto que existe carência de água e de outros instrumentos, que dificultam a produção.

Ao longo dos anos, foi observado que as comunidades da vizinhança, que fazem parte do assentamento, passaram a se envolver de forma parcial com o assentamento. No entanto, no sistema de atividade inicial, o apoio dessas comunidades foi decisivo no êxito da conquista da posse da terra. Assim, as comunidades que antes participavam ativamente do assentamento, na atualidade, estão desarticuladas, reduzindo as possibilidades de avanços nas ações rotineiras do assentamento.

Dentre os elementos que compõem a comunidade no sistema de atividade atual, podemos destacar, a presença da Universidade Federal do Piauí, a Escola do Assentamento 17 de Abril, a comunidade da Chapadinha, escola do ensino fundamental da BR-316, Postinho de saúde da Chapadinha, bem como a empresa concessionária de energia elétrica do Piauí. Com isso, percebemos que, ainda, há interesse de elementos da comunidade em contribuir com o assentamento e com os assentados.

Com relação à Universidade Federal do Piauí “As coisas da Universidade, é assim, a gente recebe estudantes das Universidades, eles fazem projeto, atividades, incentiva aí a gente, tem cursos, essas coisas” (P2 - Assentamento 08 de Março).

Nos dois últimos anos apresentados na linha do tempo (Figura 07), observou-se a presença de projetos, instituições, diversas comunidades, como por exemplo, a própria Universidade Federal do Piauí, que assim como outras comunidades externas buscavam colaborar com o avanço e sucesso do assentamento e dos assentados. Porém, em decorrência das divergências de ideias e opiniões, essas ações e instituições têm dificuldades na comunicação com todos que compõem o assentamento.

O sistema de atividade inicial mostrou que a divisão do trabalho era muito bem articulada, se comparado com o atual, pois havia uma motivação comum e

direcionamento ao objeto de conquista da terra. Os conflitos internos e intrigas pessoais fragmentaram o Assentamento 08 de Março. Assim, o assentamento apresenta uma divisão do trabalho com visões diferentes e conflitantes com o objeto, o que levou a uma descoordenação das ações e evidenciada na contradição objeto versus divisão do trabalho (Figura 09-B).

Dessa forma, o assentamento encontra-se dividido, de um lado, constituído de um grupo de pessoas ancorado em uma “associação”, chamada de Associação dos (as) Trabalhadores (as) Rurais do Assentamento 08 de Março, enquanto do outro lado, existe outro grupo de pessoas vinculadas ao Conselho Comunitário dos Trabalhadores Rurais do Assentamento 08 de Março e Adjacência. Neste sentido, essas organizações funcionam de forma separadas e independentes por conta dos conflitos internos. Cada organização fica localizada em pontos diferentes do assentamento, e assim concentrando grupos diferentes e divergentes de pessoas.

Deste modo, tanto a “associação”, como o “sindicato” não possuem ações efetivas, sendo rara a ocorrência de reuniões, fato que tem dificultado melhorias de infraestrutura, participações de outras instituições, que queiram colaborar com o assentamento. Neste sentido, em decorrência da grande divergência de ideias de cada responsável por cada instituição ou setor, muitas atividades, projetos permanecem inativos, ou sem nenhuma melhoria, participação ou realização.

Ressalte-se que as relações históricas sempre foram conflituosas nesse assentamento, apresentando contradições entre diferentes elementos do SA atual. Os conflitos existentes refletem no processo de comunicação, pacificação e de acordos entre esses grupos ou subgrupos dentro do assentamento, dificultando a tomada de decisões, que visam o avanço e melhorias do local, que precisam ser sanadas urgentemente. Com essa perspectiva, Engeström (1987; 2016) ressalta a importância de relações dialéticas entre os elementos do próprio sistema de atividade, o qual deve ter sua atividade coletiva direcionada para o mesmo objeto, para que de fato ocorra o seu desenvolvimento de forma desejada, ou seja, de modo que os assentados possam vivenciar resultados esperados daquela atividade.

Assim mesmo, de forma imparcial e com essas relações conflituosas, os assentados tentam se entender, principalmente, os que fazem o uso do único poço, pois quando ele apresenta defeito, todos têm contribuído para o conserto ou manutenção. Essa foi uma das regras imposta desde a alocação e aquisição deste único poço. Mesmo com os conflitos particulares, os assentados participam, parcialmente, de decisões importantes.

As relações não são favoráveis e agravam as ações de melhorias, que poderiam surgir para de fato se obter melhores condições básicas desse assentamento.

As regras são entendidas como as normas que regulamentam determinado contexto da atividade de um grupo, para que todos possam se ajudar mutuamente. Assim, as regras vão surgindo conforme as necessidades (Engeström, 1987; 2016). Acredita-se que a carência dessas regras constitui um dos elementos que provoca determinados conflitos.

Com relação às possibilidades e facilidades presentes no Assentamento 08 de Março, as respostas dos entrevistados confirmaram que são poucas as facilidades, e que o assentamento é visto como local de luta, mas que se sentem esperançosos, ou até mesmo, esperam melhorias futuras. Existe a esperança de que possam surgir melhores estruturas, ferramentas para se estabelecerem em suas terras, e se possível viverem da criação e produção agrícola.

As áreas do assentamento, divididas e demarcadas pelos assentados, concentram espaço, ainda, bem preservado, onde se encontram muitas plantas nativas, especialmente, frutíferas originárias das chapadas, como limão selvagem, pequi, caju, dentre outras.

Pode se constatar que as pessoas assentadas são de cultura tradicional e provém de zona urbana, especialmente, das cidades, como Teresina e Demerval Lobão, não tendo vínculo com a vida do campo e da produção agrícola, o que evidencia uma contradição do sujeito versus objeto (Figura 09-C). Porém, demonstram preocupação com o ambiente em que vivem, carregando consigo aspectos da vida urbana, em relação ao local em que residem atualmente, que é zona rural.

Acredita-se que a relação de pessoas residentes em áreas urbanas, que participam de ocupações, reivindicando obter a posse da terra em área rural, encontra-se em desacordo com a real proposta de reforma agrária, tendo em vista que deveria contemplar pessoas que possuem vínculo, ou que residem e vivem da e na área rural (Prado Júnior, 1989).

O autor ainda destaca que na região Sul do Brasil, por exemplo, desde o início da colonização, no processo das ocupações das terras, as pessoas eram selecionadas pelo vínculo com a atividade agrícola, com histórico de trabalhar no campesinato, tendo como base econômica a exploração agropecuária. Esta abordagem, também, se destacou no Assentamento 08 de Março percebida nas falas de entrevistados do Assentamento (Prado Júnior, 1989).

“É essa pergunta é um pouco difícil, mas eu vou ver como eu te respondo. É assim... alguns que realmente sabe o que é agricultura familiar, aqueles que realmente têm aquela vida na agricultura, ele sabe o que é uma ocupação né? Ele sabe o que é ocupar pra morar e trabalhar. Mas aí tem alguns que só querem aquele lote pra fazer um sítio, é pra vim final de semana. E assim vai, né? E morar Deus me livre. Porque tem é muita gente aqui mesmo dentro do assentamento que eles não trocam a cidade pela zona rural. É zona rural é pra quem gosta e pra quem quer trabalhar na roça, as reflexões sobre qualidade de vida eu acho que qualidade de vida, aqui é muito precária porquê de tudo de tudo a gente necessita um pouco. A gente está melhor agora com a água e a energia, mas aí tem a questão da estrada, a questão do transporte e isso vai a saúde, educação tudo isso é muito precário aqui pra gente, pra quem vive aqui dentro” (P2 - Assentamento 08 de Março).

Assim, levando em consideração os demais aspectos observados nas entrevistas, se constata que persistem dificuldades e problemas internos, desde a criação do assentamento, desencadeada pela falta de organização, pela inexistência de vínculo dos assentados com o local, fatos que têm prejudicado o uso da terra, dificultando a produção agrícola, chegando ao nível de influenciar negativamente na formação continuada sobre agricultura.

Com esta perspectiva, Beduschi Filho (1999) relata que em decorrência, ou inexistência de um planejamento prévio, para realização de tais movimentos, os assentamentos enfrentam na luta e na pós conquista da terra, situações bastante adversas, complexas que comprometem sua viabilização econômica e social.

Diante deste cenário, se destacaram em diversos momentos, as dificuldades e os problemas com a aquisição e garantia de recursos básicos, especialmente, os relacionados com água e energia (ferramentas) e como fazer o uso da terra para a produção agrícola. Também, nas entrevistas, ficou evidenciada a desunião entre os assentados, constatação que dificulta assim, avançar no incremento de políticas públicas no assentamento, tendo como consequência o enfraquecimento na organização do Assentamento 08 de Março.

“A problemática maior hoje dentro do Oito de Março, chama-se desunião, maior problemática, que tem é a divisão de opiniões, são pessoas que tem opiniões diferentes e querem intervir na sua, acha que tá correta, é tipo assim, você acha que está correta e até tá, mas aqui tem pessoas que querem desviar o foco, de algo que você quer fazer para o Oito de Março. Pessoas que não tem o entendimento da situação” (P6 - Assentamento 08 de Março).

Diante do exposto, observa-se que desde a organização inicial para a ocupação do assentamento, a desunião e a má organização/planejamento dos grupos familiares, que participaram e permanecem nos respectivos assentamentos, têm gerado conflitos internos.

Assim, durante as entrevistas, os participantes declararam como real interesse ou motivo de terem participado da ocupação, colocando termos como “conquista da moradia própria” ou “ter um terreno”, mas dificilmente atrelaram aspectos produtivos de usos agrícolas. Dessa forma, no sistema de atividade inicial, havia uma motivação coletiva direcionada ao objeto inicial da conquista da terra, cujo resultado foi considerado exitoso.

Poucos foram os relatos que mencionavam a produção agrícola, e esse objeto é apresentado, quando os participantes assentados colocam subjetivamente seu objeto, em suas falas, relatando aspectos históricos, que os motivaram a participar da ocupação, bem como de permanecer na luta até a conquista da terra. No decorrer das entrevistas, foram mencionados os problemas, dificuldades e como se deu a participação inicial de cada assentado.

Nesse sentido, o relato dos processos históricos, que originaram o assentamento foi interessante para a compreensão da história, desde o momento da ocupação até a legalização do assentamento. Certamente, há muitos problemas, que contribuem para que as pessoas assentadas não participem da vida agrícola, como por carência de informações, necessidades de recursos básicos, ou se de fato, em parte, está relacionada com o não pertencimento a vida rural da maioria dos assentados.

Assim, percebe-se que existem diversos fatores envolvidos no uso da terra além da desvinculação dos assentados com o meio rural, que têm dificultado a exploração agrícola no assentamento, com destaque para carência de recursos básicos, como água, energia, estradas, dentre outros. Assim, mesmo com essas implicações, alguns assentados realizam a criação rudimentar de pequenos animais, como galinhas, por exemplo, já a produção agrícola nos quintais, observa-se a cultura da macaxeira, sendo essa a mais comum e mais presente no assentamento.

Com relação à construção de barracos de palha, percebe-se que a aquisição de moradia está atrelada principalmente à percepção dos assentados sobre a qualidade de vida. Embora os assentados tenham também relatados outros aspectos, que consideram relevantes como renda, moradia, infraestrutura nas áreas de saúde, educação e o lazer.

Porém, ao serem questionados sobre a perspectiva de qualidade de vida no assentamento, as repostas foram diversas, mas percebeu-se que a qualidade de vida está intrinsecamente interligada com os aspectos de qualidade da moradia, se contrapondo a situação existente, pois não existe casa de qualidade, visto que o assentamento não foi contemplado com nenhum projeto social de casa rural, aspecto marcante nas entrevistas, e que neste sentido, seriam elementos importantes da comunidade.

Assim, foi mencionado pelos assentados que não basta apenas a conquista da terra, mas deve haver a garantia de direitos básicos e de assistência técnica, no presente caso, voltada para a atividade agrícola, bem como no processo de seleção, que as pessoas participantes de ocupações tenham o vínculo com a zona rural e as condições básicas para viver e produzir.

Diante disso, assim como aconteceu no Assentamento 17 de Abril, observa-se também o “commuting” no Assentamento 08 de Março. As pessoas assentadas residem atualmente em zona rural, porém, anteriormente, residiam em zona urbana, ou mesmo morando, parcialmente, em zona rural, têm relações diárias com as cidades mais próximas, como por exemplo, Teresina e Demerval Lobão, seja para trabalhar, prestar serviço, seja para desenvolver demais atividade laborais.

Logo, os assentados, em geral, que optam por morar na zona rural e trabalhar na via urbana, são considerados os não-agrícolas, e que dependem dos centros urbanos para geração de renda principal. Então, essa relação é estabelecida, principalmente, porque se trata de regiões que apresentam maior concentração de empregos, sendo a renda extraída das cidades. A geração de emprego é maior em área urbana, se comparado com a rural (Balsadi, 2001).

Ressalte-se que os aspectos da sociedade urbana são percebidos em ambos os assentamentos pesquisados, conforme relato de Andrade (2009), ao destacar que o assentamento 17 de Abril tem características urbanas, que pôde constituir-se em problemática interna de articulação, com destaque para conflitos e “choque cultural”, devido a inexistência de vínculo com a vida rural. Deste modo, o assentamento 08 de Março também apresenta essas mesmas características.

Já, para Carvalho (1999), os assentamentos podem ser compreendidos como sendo uma “encruzilhada social”, tendo em vista que são constituídos de forma heterogênea por múltiplas famílias, envolvendo aspectos diferentes, pessoas com variadas experiências de vida, bem como de trabalho, lutas e culturas diferentes, favorecendo ou não, nesse encontro interações e conflitos, os quais contribuem ou não para a construção de novas ou velhas práticas, que não foram experimentadas. Assim, as ações individuais e grupais vão se inter-relacionando na perspectiva do mesmo objeto e atividade coletiva.

Neste contexto, a pesquisadora reforça que para os dois assentamentos conseguirem êxito na produção agrícola, o ideal é que haja diálogos coletivos entre os assentados, tanto do Assentamento 17 de Abril, quanto do Assentamento 08 de Março e estabeleçam regras, formas de organização e se reestruem para que as comunidades

externas interessadas possam somar e colaborar no que for possível nesta atividade produtiva.

## 5. CONCLUSÃO

A pesquisa realizada nos Assentamento 17 de Abril e Assentamento 08 de Março, fundamentada em entrevistas semiestruturadas, contemplou a construção da linha do tempo com eventos históricos críticos, bem como a construção dos sistemas de atividades inicial e atual, um referente à origem e o outro atual (2023) de cada assentamento, que possibilitou compreender diversos aspectos do desenvolvimento dos assentamentos.

Ao analisar por meio da teoria da atividade histórico-cultural, a partir da luta pelo acesso à posse da terra e uso subsequente após a posse, percebe-se em relação à produção, no caso, agrícola, que tanto o Assentamento 17 de Abril como o Assentamento 08 de Março apresentam baixa produção agrícola, determinada por diversos motivos, em parte, pela falta de estrutura básica, como água, recursos financeiros, energia, organização, dentre outros.

Associe-se estas situações problemáticas, as relações conflitantes entre os assentados, que se tornaram crescentes com o passar dos anos, tendo reflexo negativo nas ações do assentamento, em busca do estabelecimento de políticas públicas, que propiciassem melhoria nas infraestruturas básicas.

Nesse sentido, percebe-se a busca por uma produção sustentável, que tem como base o uso de recursos disponíveis, mas que em decorrência das carências, é algo ainda não evidente e presente nos lotes desses assentados. A dinâmica de produção sustentável, é caracterizada plantação de abobora, macaxeira, frutíferas, dentre outras, mas ainda é algo muito pequeno.

Após a posse da terra em assentamentos do Programa de Reforma Agrária do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, em especial, nos localizados na zona rural de Teresina, Piauí, observa-se que existe uma relação de dependência entre a zona rural e a urbana, em que os assentados se utilizam da via urbana para garantir a sua renda, visto que a produção agrícola não tem sido suficiente para manutenção das famílias assentadas.

Também, foram observadas carências e precariedade no desenvolvimento das atividades desenvolvidas pelos assentados, caracterizadas pela falta de assistência técnica, crédito bancário compatível com a atividade agrícola, dentre outros benefícios ou auxílios do poder público. Esta situação percebida nos dois assentamentos estudados

se contrapõe aos aspectos definidos na legislação vinculada à reforma agrária brasileira, que tem a perspectiva de participar da estruturação dos assentamentos para que haja o desenvolvimento familiar dos assentados.

No contexto do presente estudo, os resultados sugerem que os aspectos históricos individuais e coletivos, desde o início da ocupação, até os dias atuais, em 2023, são relevantes nas relações sociais, organização, planejamento e no processo do uso da terra após a conquista dos assentados da zona rural de Teresina-Piauí, e na efetivação da produção e comercialização de produtos agrícolas.

Assim, ao analisar os objetos iniciais e atuais do sistema de atividade de cada assentamento, acredita-se que após a conquista da terra, a possibilidade da produção agrícola se tornar atividade prioritária no uso da terra foi prejudicada por diversos fatores, tanto de ordem econômica e estrutural, como pelos conflitos decorrentes da diversificação cultural dos grupos de assentados, em que grande parte era proveniente de áreas urbanas entre os municípios de Demerval Lobão e Teresina, sem vivência no meio rural.

Neste sentido, passou a ser prioritário, a busca da solução para os problemas relacionados com as necessidades básicas e imediatas para os dois assentamentos como aquisição de água tratada, estradas, escolas, transporte público e outras políticas públicas básicas, que interferem na qualidade de vida desses assentados do Programa de Reforma Agrária, na zona rural de Teresina – Piauí.

Ao analisar o contexto do passado e do presente, bem como a compreensão dos assentados sobre a importância das relações coletivas e das atitudes na luta pelas conquistas alcançadas ao longo dos anos, constata-se que a organização, o planejamento, a determinação e o forte envolvimento na luta pela posse da terra foi se diluindo, dificultando avanços nas áreas sociais, no uso da terra e na melhoria da infraestrutura básica dos dois assentamentos.

É importante ressaltar que com a ampliação do objeto nos dois assentamentos para produção agrícola, implicou também em mudanças e ampliação de elementos do sistema de atividade, como por exemplo, água, boas condições de moradia, novas regras e nova divisão do trabalho direcionadas ao novo objeto, bem como inserção de outros elementos da comunidade que dessem suporte para pleno desenvolvimento dos assentamentos.

Assim, foi observado no sistema de atividade dos dois assentamentos, que muitos elementos permanecem iguais ao sistema inicial, ou possivelmente por não se ter a compreensão das novas necessidades advindas do novo objeto após a conquista da terra. Todo este cenário contribui para o surgimento de contradições históricas vivenciadas nos

sistemas de atividades dos respectivos assentamentos, tendo como um dos principais resultados inesperados, a dificuldade de produção agrícola.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. “Agricultura familiar e desenvolvimento territorial”. In Reforma Agrária – **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária** n.1, v. 28, 1999.
- ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 2ª ed. Porto Alegre: ed. Universidade, 2000.
- ALTIERI, M. A. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. 2. Ed. Rio de Janeiro: PTA- FASE, 1989. 240 p.
- ANDRADE, P. S.; VIANA, M.R. Entre o avanço do agronegócio e a política de assentamentos rurais: a intervenção pública na questão agrária e fundiária piauiense. **Revista NERA**, v. 19, n. 30, p. 80-97, 2016.
- ANDRADE, P. S.de. **No compasso da espera, do resistir e do seguir em frente: a produção do território do assentamento 17 de abril em Teresina**. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas), Universidade Federal do Piauí, Teresina. 2009.
- APIAIM, A. S., W. A. L. Diagnóstico das potencialidades produtivas no assentamento rural 17 de abril em Teresina – PI. Encontro Nacional de Geografia Agrária, X, 2012. Uberlândia, MG. **Anais**. Uberlândia, 2012.
- ARAÚJO, C. F.; OLIVEIRA, A.; MONTEIRO, M. S. L. Impactos socioeconômicos da criação do assentamento rural campestre norte, Teresina (pi). Publicado em Informe econômico, julho, 2016.
- BALSADI, O.V. **Características do emprego rural no Estado de São Paulo nos anos 90**. Dissertação de Mestrado. Campinas, IE/Unicamp, 2000.
- BALSADI, O. V. **Mudanças no meio rural e desafios para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo Em Perspectiva, 15(1) 2001.
- BARBIERI, E. **Biodiversidade: a variedade de vida no planeta Terra**. In: Instituto de Pesca, Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios, Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. 16 p. 2010.
- BEDUSCHI FILHO, LC. **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas** / Organizado por Leonilde Servolo de Medeiros e Sérgio Leite. Porto Alegre / Rio de Janeiro, Ed. Universidade / UFRGS /CPDA, 1999.
- BERGAMASCO, S. M. P.; NORDER, L.A.D. **O que são assentamentos rurais?** São Paul: Brasiliense, 1996.
- BERGAMASCO, S. M.P. A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números. **Revista de Estudos Avançados**. São Paulo, v. 11, 1997.

BOMBARDI, L.M., 1972. **Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia** / BOMBARDI, L.M. São Paulo: FFLCH – USP, 2017. 296 p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). **Políticas públicas para agricultura familiar**. Brasília: MDA, 2013.

BRASIL, 2012. **RESOLUÇÃO Nº 466, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012**. <https://conselho.saude.gov.br/resoluções/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 01 Jun 2022.

CAMACHO, R. S. A barbárie moderna do agronegócio-latifundiário exportador e suas implicações socioambientais. **AGRÁRIA**, São Paulo, No. 13, pp. 169-195, 2010.

CAMARGO, D. **Emoções no processo de aprendizagem**. 1997. Tese (Doutorado)- Universidade Católica de São Paulo, São Paulo 1997.

CAMPOS, M. Teresina. Mundo educação. Disponível em: [Teresina: dados gerais, mapa, história, geografia - Mundo Educação \(uol.com.br\)](http://www.uol.com.br/teresina/dados_gerais_mapa_historia_geografia_mundo_educacao). Acesso em: 24/04/2024.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

CARVALHO, H. M. **Interação social e as possibilidades de coesão e de identidade sociais no cotidiano da vida social dos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma agrária no Brasil**. Curitiba, Núcleo de Estudos Agrários e de Desenvolvimento (NEAD), 1999. Disponível em: < [www.nead.gov.br](http://www.nead.gov.br) >

CASSANDRE, M; BULGACOV, YLM; CAMARGO, D. O conceito de prática a partir da perspectiva da teoria da atividade. IN: COLÓQUI DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO, 1, 2011 Florianópolis, **Anais** Florianópolis: ORD/UFSC, 2011.

CAVALCANTI, C. **Sustentabilidade da economia: paradigmas alternativos da realização econômica**. In: CAVALCANTI, Clovis (org). **Desenvolvimento e natureza: estudo para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco. 1998.

COELHO, F. Reforma Agrária no Governo FHC: perfil, tensões, número de famílias assentadas e áreas obtidas Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, vol. 20, núm. 2, pp. 179-192. 2016.

COCA, E., Leopoldo de F. **DEBATENDO O CONCEITO DE REFORMA AGRÁRIA: considerações sobre os tipos de assentamentos rurais no Brasil**. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 8, n. 16, p. 170-197, ago., 2013.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL. **Plenário Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável: documento-base**. Brasília: MDA, 2005.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. (Orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15-41.

ENGESTRÖM, Y. **Aprendizagem Expansiva**. Campinas, SP. Pontes Editores. 2016. p. 370.

ENGESTRÖM, Y. Expansive learning at work: Toward an activity-theoretical re-conceptualization. **Journal of Education and Work**, v. 14, n. 1, p. 133-156, 2001.

ENGESTRÖM, Y. **Learning by Expanding: An Activity Theoretical Approach to Developmental Research**. Helsinki: Orienta Konsultit Oy, 1987.

ENGESTRÖM, Y.; SANNINO, A. Studies of expansive learning: Foundations, findings and future challenges. **Educational Research Review**, v. 5, p. 1-24, 2010.

ENGESTRÖM, Y.; NUMMIJOKI, J.; SANNINO, A. **Embodied Germ Cell at Work: Building an Expansive Concept of Physical Mobility in Home Care**. University of Helsinki. *Mind, Culture, and Activity*, 19: 287–309, 2012.

ENGESTRÖM, Y. **Activity theory and individual and social transformation**. In: ENGESTROM, Y.; MIETTINEN, R.; PUNAMAKI, ; R.L. (Org.). *Perspectives on activity theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

FAO/INCRA. 1996. **Perfil da agricultura familiar no Brasil**: dossiê estatístico. Brasília. 24p.

FERNANDES, B. M. Agricultura camponesa e/ou agricultura familiar. **Anais**. XIII Encontro Nacional de Geógrafos. João Pessoa: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2002.

FERNANDES, B. M. A ocupação como forma de acesso à terra. Trabalho organizado para apresentação no XXIII Congresso Internacional da Associação de Estudos Latino-Americanos Washington – DC, 6 a 8 de setembro de 2001.

FERNANDES, B. M. Desconstrução do texto. In: NERA, Presidente Prudente, 2005. Disponível em: Territórios da questão agrária: campesinato, reforma agrária e agronegócio. **Revista Brasileira de Reforma Agrária**, São Paulo, 2007. v.4, n.2. p. 77-94, 2007.

FONTANELLA, B. J. B.; RICAS, J; TURATO, E. R. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. **Caderno de Saúde Pública**, v. 24, n. 1, p. 17-27, 2008.

GLIESSMAN, S. R.; MÉNDEZ, V. E. **Taller intensivo sobre investigacion en agroecología** - Notas de curso. Pelotas: Embrapa, 39 p. 2001. (Mimeografado).

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **RAE – Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRARIA-INCRA. Assentamentos- Conceitos.Publicado em 28/01/2020. Atualizado em 10/09/2021. Disponível em: Assentamentos — Incra ([www.gov.br](http://www.gov.br)). Acesso em :16/11/2023.

- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). **Avaliação da situação de assentamentos da reforma agrária no estado de São Paulo: fatores de sucesso ou insucesso**. Brasília: Ipea, 2013.
- LÊNIN, V. I. **Desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- LEONTIEV, A. N. **Activity, consciousness, and personality**. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1978.
- LEONTIEV, A. N. **Problems of the development of the mind**. Moscow, Progress, 1981.
- MARTINS, J. de S.. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. São Paulo: Editora Hucitec, 1980.
- MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.
- MELLO, P. F. **Assentamentos rurais no Brasil: uma releitura**. Brasília, DF: Embrapa, 2016. 278 p.
- MELLO, P. F. Produção agrícola em assentamentos rurais do Rio Grande do Sul: um estudo quantitativo comparativo. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 24, n. 1/3, p. 159-197, 2007.
- MELLO, P. F. **Evasão e rotatividade em assentamentos rurais no Rio Grande do Sul**. 2006. 227 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.
- MENDONÇA M. L. O Papel da Agricultura nas Relações Internacionais e a Construção do Conceito de Agronegócio. **Contexto Internacional (PUC)**, v. 37, n. 2, 2015.
- MITIDIERO Jr., M. A. Reforma agrária no Brasil: algumas considerações sobre a materialização dos assentamentos rurais. **Agrária**, São Paulo, n. 14, p. 4 - 22, 2011.
- NEVES, D. P. A agricultura familiar e o claudicante quadro institucional. In: Lopes, E.S.A.; Mota, D.M.; Silva, T.E.M. (orgs.). **Ensaio: desenvolvimento rural e transformações na agricultura**. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, Universidade Federal de Sergipe. p.133-159. 2002.
- OLIVEIRA, J.S. e SILVA, A. R. Da. Relatos de experiências de mulheres quebradeiras de côco babaçu e a importância do côco na Comunidade Rural Riacho Seco/Maranhão. **Revista acadêmica digital Souzaead**. Edição nº 52, Ago, 2022.
- OLIVEIRA, J. S.; CRUZ, E. D. C.; COSTA, F. M. S.; NETO, M. M. N. ; SOUSA, R. N. **Experiência pedagógica: atividades educacionais sobre o meio ambiente, conscientização ambiental e suas relações com a data comemorativa 07 de setembro na escola rural Manuel Nogueira Lima**. IN: Desenvolvimento sustentável: Desdobramentos ambientais, sociais e econômicos sobre a exploração do meio ambiente, Ed. e-Publicar Vol. 1. Pag. 28-37, 2022.

OLIVEIRA, M. A. J.; Casagrande, N.; CARDEL, L. M.S.P. et al. **Revista Macambira**, v. 4, n. 2, 2020.

PASSOS, A. T. B.; KHAN, A. S. O impacto do PRONAF sobre a sustentabilidade agrícola de agricultores familiares na Microrregião do Vale do Médio Curu, no Estado do Ceará. **Economia Aplicada**, v. 23, n. 4, p. 53-78, 2019.  
<https://doi.org/10.11606/1980-5330/ea169979>

PETERSON, P. **Um novo grito contra o silêncio**. In: CARNEIRO, F. F. (Org.). **Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015, p 27-36.

PRADO Jr., C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 21 ed. São Paulo: Brasiliense, 1989 p. 19-32.

PRIMAVESI, A. M. **Manejo ecológico do solo: a agricultura em regiões tropicais**. São Paulo: Nobel, p. 552, 1979.

QUEROL, M. A. P., CASSANDRE, M. P.; BULGACOV, Y. I.m. *Teoria da atividade: contribuições conceituais e metodológicas para o estudo da aprendizagem organizacional*. Gest. Prod., São Carlos, v. 21, n. 2, p. 405-416, 2014.

ROMEIRO, A. R. 1998. **Meio ambiente e dinâmica de inovações na agricultura**. São Paulo, Annablume, FAPESP. 272 p.

SACHOW, M.; PLEIN, C. **A gestão como característica da agricultura familiar**. Brazilian Journal of Development, v. 4, n. 6, p. 3318-3334, 2018.  
<<http://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/338>> Acesso em: 01 JUN. 2022.

SANNINO, A. (2008). Da fala à ação: vivenciando a interlocução nas intervenções desenvolvimentistas. **Mente, Cultura e Atividade**, 15, 234–257. 2008.

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, M. S. **Curso de Direito Administrativo**. 3 ed. Brasília: LumenJuris, 2020.

SANTOS, A. M.; MITJA, D. Agricultura familiar e desenvolvimento local: os desafios para a sustentabilidade econômico-ecológica na comunidade de Palmares II, Parauapebas, PA. **Revista Interações**, v. 13, n. 1, p. 39-48, 2012.  
<http://dx.doi.org/10.1590/S1518-70122012000100004>.

SCHINDEGGER, F. e KRAJASITS, C. “**Commuting**: its importance for rural employment analysis”. In: Territorial indicators of employment – focusing on rural development. OECD, 1999.

SCHMIDT, V. W. **A importância do trabalhador rural**. JUSBrasil, 2020. Disponível em: <https://veruskaschmidt.jusbrasil.com.br/artigos/735755654/a-importancia-do-trabalhador-rural> Acesso em 20 jun. 2023.

SDR. Disponível em: Sobre a SDR - SDR - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO RURAL – Desenvolvimento rural/Secretaria do Estado de Desenvolvimento rural Piauí. Acesso em: 04/01/2024.

SEWELL Jr., W. H. Historical events as transformations of structures: inventing revolution at the Bastille. **Theory and Society**, v. 25, 1996, p. 841-881.

SIDERSKY, P. **Sobre a especificidade do pequeno produtor**: Introdução ao debate sobre a unidade econômica camponesa. Olinda. 1990. (Mimeografado).

SILVA NETO, B. **Avaliação e caracterização socioeconômica dos sistemas agrários do Rio Grande do Sul**. Relatório final do estudo especial para o programa RS RURAL. Porto Alegre, 2002. 1 CD ROM. Documento arquivado na Secretaria da Agricultura e Abastecimento do estado do Rio Grande do Sul. 193 f. 2002.

SILVA, I. C. da; LOMBA, R. M.; FILOCREO, A. S. M. Assentamentos rurais no estado do Amapá: uma visão da realidade. In: **Anais do XXI. Encontro Nacional de Geografia Agrária**. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia-MG, 2012.

TRINDADE-SANTOS, M. E.; CASTRO, M. S. Manejo ecológico do solo: chave para o processo de transição agroecológica. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 16, n. 1, p. 16-27, 2021. <https://doi.org/10.33240/rba.v16i1.23337>

VASIYUK, F. (1988). **A psicologia da experiência**. Moscou: Progresso. 1988.

VEIGA, J. E. da. **Cidades imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2002.

VILAS BOAS, Lucas Guedes. Considerações sobre a concentração fundiária no Brasil. *Revista Eletrônica Geoaraguaia*. Barra do Garças-MT. v 8, n.1, p. 32 - 54. janeiro/junho 2018.

VILELA, R. A.de G.; QUEROL, M. A.P.; LOPES, M. G. R.L. **O laboratório de mudança como uma ferramenta para transformação colaborativa de atividade de trabalho: uma entrevista com Jaakko Virkkunen**. *Saúde Soc.* São Paulo, v. 23, n. 1, p. 336-344, 2014.

VYGOTSKY, L. S. **Mind and society**: The development of higher mental processes. Cambridge, MA: Harvard University Presse, 1978.

WANDERLEY, M.N.B. 1997. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. In: Tavares, E.D., Mota, D.M.; Ivo, W.M.P.M., eds. Encontro de pesquisa sobre a questão agrária nos tabuleiros costeiros de Sergipe, 2, 1997, Aracaju-SE, Agricultura familiar em debate. Anais. Aracaju, Embrapa-CPATC. pp.9-40. 1997.

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 21, p. 42-61, 2003.

YAVORSKI, R.; LEMES, M. A. Agricultura familiar baseada nos princípios da Agroecologia. Cap2, p. 33-42. In: **Agroecologia: produção e sustentabilidade em pesquisa**. Vol. 3 - Ano 2023 - Editora Científica Digital. Org. Clecia Simone Gonçalves Rosa Pacheco e Reinaldo Pacheco Santos. 2023.

### **APÊNDICE A – Roteiro das entrevistas semiestruturadas**

- 1) Conte-me sobre como foi o processo de criação e de acesso à posse da terra deste assentamento.
- 2) O que as lutas pela posse da terra significam para os assentados, e quais os reflexos observados na qualidade de vida?
- 3) Quais os fatos mais marcantes durante o período a partir da organização e mobilização do grupo até os dias atuais?
- 4) Quais as maiores dificuldades e problemas na época da criação do assentamento? Como enfrentaram com essas dificuldades?
- 5) Como era feito o uso da terra?
- 6) Como está organizado o assentamento atualmente?
- 7) Como é a produção agrícola atual? O que é produzido atualmente neste assentamento? Quais as técnicas de produção?
- 8) Como é realizada a gestão ambiental no assentamento?
- 9) Atualmente, quais as maiores dificuldades e problemas? Como lidam com essas dificuldades?
- 10) Quais as maiores facilidades?
- 11) Como você avalia a qualidade de vida, renda, moradia, infraestrutura nas áreas de saúde, educação e lazer nos dias atuais?
- 12) O que você acha que poderia ser feito para uma produção agrícola sustentável no assentamento?
- 13) Como é o processo de formação continuada sobre agricultura sustentável?

**APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ  
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA HUMANA  
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

**Prezado(a) Senhor (a)**

Você está sendo convidado(a) a participar como voluntário(a) de uma pesquisa denominada Processos Históricos e Produção Agropecuária em Assentamentos Rurais em Teresina, Esta pesquisa está sob a responsabilidade do Professor Orientador João Batista Lopes e Co-Orientação da professora Manoela Gomes Reis Lopes e da pesquisadora discente Jerlane Sousa Oliveira-Pós-Graduação Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente- (MDMA) e tem como objetivo geral Analisar o processo histórico de acesso à posse da terra e suas relações com a produção agropecuária, após a posse da terra em assentamentos do Programa de Reforma Agrária do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, na zona rural de Teresina, Piauí. E, com isso propor melhorias para uso sustentável da terra. Sendo os objetivos específicos, Avaliar como o processo histórico de acesso à posse da terra interfere na qualidade de vida dos assentados do Programa de Reforma Agrária, na zona rural de Teresina – Piauí; Compreender a organização estabelecida para a produção agropecuária e a gestão ambiental, com foco nas técnicas de produção adotados pelos assentados do Programa de Reforma Agrária, na zona rural de Teresina – Piauí; e por fim, Analisar estratégias adotadas pelos agricultores (as) voltadas para agricultura sustentável, considerando as vivências, os consequentes aprendizados e os constantes desafios enfrentados pelos assentados, ao longo do tempo, que culminaram na estruturação dos assentamentos na zona rural de Teresina, Piauí. O foco da pesquisa é no processo histórico da estruturação de assentamentos na zona rural de Teresina, Piauí. Esta pesquisa tem por finalidade como evidenciar o contexto, processos e resgate histórico da formação dos Assentamentos, visando a construção desses registros para consultas futuras, servindo-se de parâmetros as análises, objetivando aplicações de novas perspectivas aos agricultores. Neste sentido, solicitamos sua colaboração mediante a assinatura desse termo. Este documento, chamado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), visa assegurar seus direitos como participante. Após seu consentimento, assine todas as páginas e ao final desse documento que está em duas vias. O mesmo, também será assinado pelo pesquisador em todas as páginas, ficando uma via com você participante da pesquisa e outra com o pesquisador. Por favor, leia com atenção e calma, aproveite para esclarecer todas as suas dúvidas. Se houver perguntas antes ou mesmo depois de indicar sua

concordância, você poderá esclarecê-las com o pesquisador responsável pela pesquisa através dos seguintes telefones (Jerlane Sousa Oliveira- contato: (86) 9. 9446-5409) / E-mail: jerlanesousa90@gmail.com. Se mesmo assim, as dúvidas ainda persistirem você pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFPI, que acompanha e analisa as pesquisas científicas que envolvem seres humanos, no Campus Universitário Ministro Petrônio Portella, Bairro Ininga, Teresina –PI, telefone (86) 3237-2332, e-mail: cep.ufpi@ufpi.edu.br; no horário de atendimento ao público, segunda a sexta, manhã: 08h00 às 12h00 e a tarde: 14h00 às 18h00. Se preferir, pode levar este Termo para casa e consultar seus familiares ou outras pessoas antes de decidir participar. Esclarecemos mais uma vez que sua participação é voluntária, caso decida não participar ou retirar seu consentimento a qualquer momento da pesquisa, não haverá nenhum tipo de penalização ou prejuízo e o (os) pesquisador estará a sua disposição para qualquer esclarecimento.

A pesquisa tem como justificativa evidenciar este caso específico no estado do Piauí, em que existe a preocupação com a dinâmica da formação continuada sobre agricultura sustentável, presentes em Assentamentos envolvendo processos históricos sobre sistemas produtivos, tipos de produtos explorados, renda, gestão ambiental e outras particularidades e para sua realização serão utilizados os seguintes procedimentos para a coleta de dados será realizada entrevistas semiestruturada com líderes dos assentamentos e outros agricultores, bem como uso do diário de campo durante a coleta de dados, análise de documentos tais como (trabalhos anteriormente desenvolvidos em ambos os Assentamentos, registro fotográfico, reportagens e outros).

Esclareço que esta pesquisa acarreta os seguintes riscos mínimos, como por exemplo, algum cansaço por responder às entrevistas, que possam demandar maior tempo, porém os mesmos serão contornados como forma de minimizar estes desconfortos, as entrevistas podem ser interrompidas sempre que solicitadas pelos participantes, podendo ser retomadas em momento que o voluntário julgar necessário. Esta pesquisa trará benefícios como evidenciar o contexto e resgate histórico do processo de formação dos Assentamentos, tendo como fim deixar esses registros para consultas futuras, servindo-se de parâmetros as análises para novas estruturas, organizações, aplicações de novas perspectivas aos agricultores.

Os resultados obtidos nesta pesquisa serão utilizados para fins acadêmico-científicos (divulgação em revistas e em eventos científicos) e os pesquisadores se comprometem a manter o sigilo e identidade anônima, como estabelecem as Resoluções do Conselho Nacional de Saúde nº. 466/2012 e 510/2016 e a Norma Operacional 01 de 2013 do Conselho Nacional de Saúde, que tratam de normas regulamentadoras de pesquisas que envolvem seres humanos. E você terá livre acesso as todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo, bem como lhe é garantido acesso a seus resultados.

Esclareço ainda que você não terá nenhum custo com a pesquisa, e caso haja por qualquer motivo, asseguramos que você será devidamente ressarcido. Não haverá nenhum tipo de pagamento por sua participação, ela é voluntária. Caso ocorra algum dano comprovadamente decorrente de sua participação neste estudo você poderá ser

indenizado conforme determina a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, bem como lhe será garantido a assistência integral.

Após os devidos esclarecimentos e estando ciente de acordo com os que me foi exposto, Eu \_\_\_\_\_ declaro que aceito participar desta pesquisa, dando pleno consentimento para uso das informações por mim prestadas. Para tanto, assino este consentimento em duas vias, rubrico todas as páginas e fico com a posse de uma delas.

**Preencher quando necessário**

- Autorizo a captação de imagem e voz por meio de gravação, filmagem e/ou fotos;
- Não autorizo a captação de imagem e voz por meio de gravação e/ou filmagem.
- Autorizo apenas a captação de voz por meio da gravação;

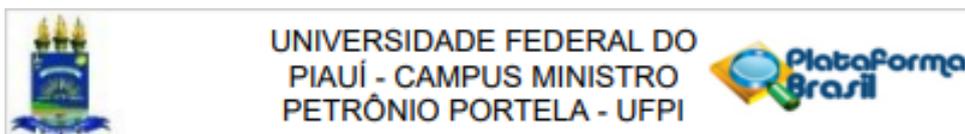
Local e data:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do Participante)

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do Pesquisador responsável)

## Anexo A – Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** PROCESSOS HISTÓRICOS E PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA EM ASSENTAMENTOS RURAIS EM TERESINA

**Pesquisador:** João Batista Lopes

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 66473622.0.0000.5214

**Instituição Proponente:** FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 5.861.652

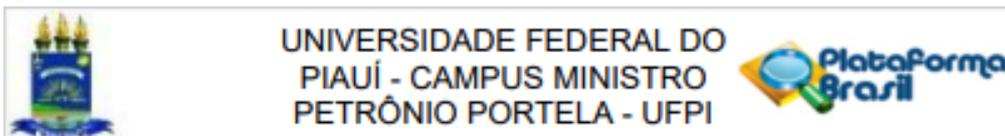
#### Apresentação do Projeto:

Projeto de primeira versão, e as informações elencadas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivos da Pesquisa" e "Avaliação dos Riscos e Benefícios" foram retiradas dos seguintes arquivos: (PB\_INFORMAÇÕES\_BÁSICAS\_DO\_PROJETO\_2042681.pdf; TCLE.pdf; Projeto.pdf)

#### DESENHO:

O projeto visa pesquisar os PROCESSOS HISTÓRICOS E PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA EM ASSENTAMENTOS RURAIS EM TERESINA em dois Assentamentos em Teresina que é o 17 de Abril e o 08 de março, através de entrevistas gravadas semi estruturada, em que consiste em transcrever as entrevistas e analisa-las sob a luz da Teoria da Atividade Histórico Cultural (TAHC), juntamente com a metodologia teremos a pesquisa de campo com uso de diário de campo e registros fotográficos, relatos de pessoas mais idosas detentora dos processos históricos serão as entrevistadas, contabilizando 20 participantes, até saturação de dados, o projeto é continuidade de atividades realizadas desde a graduação em ambos os Assentamentos. O projeto quer compreender os processos históricos dos Assentamento e suas relações com a agricultura, relações com a posse da terra e sua utilização, bem como outros objetivos melhor descrito no projeto final.

**Endereço:** Campus Universitário Ministro Petrônio Portella, sala do CEP UFPI  
**Bairro:** Ininga **CEP:** 64.049-550  
**UF:** PI **Município:** TERESINA  
**Telefone:** (86)3237-2332 **Fax:** (86)3237-2332 **E-mail:** cep.ufpi@ufpi.edu.br



Continuação do Parecer: 5.861.052

#### RESUMO:

O trabalho com título de **PROCESSOS HISTÓRICOS E PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA EM ASSENTAMENTOS RURAIS EM TERESINA**, tem por fim ser realizado nos Assentamento 17 de Abril e 08 de Março em Teresina, com 20 pessoas idosas e/ou pioneiros em ambos os assentamentos visando compreender como foram os processos históricos de cada assentamento e suas relações com a agropecuária, com a metodologia sendo a aplicação de entrevistas semi estruturadas que serão gravadas e transcritas para serem analisadas sob à luz da Teoria da Atividade Histórico Cultural (TAHC), uso de diário de campo, e registros fotográficos, e outras bibliográficas já publicadas, os áudios serão transcritos e sendo analisada, o projetos visa contribuir com a compreensão de comportamentos, e como é administração as relações, processos históricos e ambos os assentamentos desde o processo de luta ate a posse da terra. O Objetivo geral é Analisar o processo histórico de acesso à posse da terra e suas relações com a produção agropecuária, após a posse da terra em assentamentos do Programa de Reforma Agrária do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, na zona rural de Teresina, Piauí. Sendo os Objetivos específicos: Avaliar como o processo histórico de acesso à posse da terra interfere na qualidade de vida dos assentados do Programa de Reforma Agrária, na zona rural de Teresina – Piauí. Compreender a organização estabelecida para a produção agropecuária e a gestão ambiental, com foco nas técnicas de produção adotados pelos assentados do Programa de Reforma Agrária, na zona rural de Teresina – Piauí. Analisar estratégias adotadas pelos agricultores (as) voltadas para agricultura sustentável, considerando as vivências, os consequentes aprendizados e os constantes desafios enfrentados pelos assentados, ao longo do tempo, que culminaram na estruturação dos assentamentos na zona rural de Teresina, Piauí.

#### INTRODUÇÃO:

Os assentamentos foram despontando a partir da organização dos movimentos sociais em busca do acesso à terra, visando cumprir o dispositivo da Constituição Federal do Brasil relativa à função social da terra. A transformação de sem-terra em assentado e de assentado em pequeno produtor rural é repleta de percalços e desafios, por isso de luta contínua, agora na terra. A pesquisa encontra se estruturada nos seguintes questionamentos Como os processos históricos das lutas dos assentamentos refletem no perfil social e econômico e na qualidade de vida dos assentados de assentamentos da zona rural de Teresina, Piauí? Bem como de Como a produção agropecuária dos assentamentos da zona rural de Teresina Piauí está conectada com os princípios da agroecologia e

**Endereço:** Campus Universitário Ministro Petrônio Portela, sala do CEP UFPI  
**Bairro:** Ininga **CEP:** 64.049-550  
**UF:** PI **Município:** TERESINA  
**Telefone:** (86)3237-2332 **Fax:** (86)3237-2332 **E-mail:** cep.ufpi@ufpi.edu.br